



A região	04
Os municípios	05
Conhecer, planejar e transformar o Grande ABC	09
O Consórcio na visão dos prefeitos	11
7 cidades, uma região: a trajetória do Consórcio Intermunicipal	12
26 anos na história do ABC	14
O Consórcio frente aos desafios do Grande ABC	19
Projetos de Mobilidade reforçam integração	21
Plano Regional de Drenagem orienta visão metropolitana	25
Plano de Resíduos Sólidos propõe acordos regionais para logística reversa	29
Gestão de Riscos Urbanos da região se antecipa aos desastres ambientais	33
Diagnóstico retrata situação habitacional no ABC.....	37
ABC inaugura Centro de Formação em Segurança Urbana	41
Parcerias pelo desenvolvimento regional.....	45
Atuação regional no controle da dengue e H1N1	49
Plano Regional de Educação e patrimônio cultural do ABC são legados para o quadriênio	53
Valorizando a cidadania e combatendo a violência	57
Consórcio fortalecido	61
Expediente	66

A REGIÃO

O Grande ABC está inserido a sudeste da Região Metropolitana de São Paulo e é composto por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Mais de 2,7 milhões (IBGE/2015) de pessoas habitam a região em uma área territorial de 828 km² (IBGE/2015).

A região é especialmente interligada, a ponto de ser difícil definir suas divisas terrestres, com muitas ruas e grandes vias de alta circulação. O Grande ABC ou ABC Paulista, como também é conhecido, está localizado em um ponto privilegiado, próximo ao Porto de Santos e à capital, além de possuir fácil acesso às rodovias Anchieta e Imigrantes, ao Rodoanel e à rede ferroviária.

O ABC recebeu forte fluxo de imigrantes no fim do século XIX e de migrantes ao longo do século XX, favorecendo seu povoamento. É também o berço da indústria automobilística e de multinacionais que se instalaram na região ao longo do último século, com destaque para a década de 1950, quando a industrialização iniciada na capital chegou às regiões próximas.

Representa, ainda, um dos maiores centros de produção e consumo do país. Se o Grande ABC fosse um município, seria a 4^a maior cidade em Produto Interno Bruto (PIB) do país, com R\$ 114,8 bilhões de riquezas geradas em 2013 (IBGE/2013). Sob este olhar, ficaria atrás apenas das capitais: São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. No estado, apenas a capital paulista teria PIB mais elevado que o do conjunto dos sete municípios do ABC Paulista.

O PIB Industrial é de cerca de R\$ 30 bilhões, sendo o 2^o do estado (atrás apenas de São Paulo) e o 3^o do país (superado apenas pela capital paulista e por Campos dos Goytacazes). O setor industrial representa fatia considerável no desenvolvimento socioeconômico da região.





OS MUNICÍPIOS



Paço Municipal de Santo André
Sérgio Luiz Jorge/PSA



Maria Fumaça da Vila de Paranapiacaba
Divulgação/PSA



Vista aérea do Parque da Juventude
Divulgação/PMSBC



Linha de Produção Volkswagen/Turismo Industrial
Divulgação/PMSBC

SANTO ANDRÉ	
População estimada 2016	712.749
População 2010	676.407
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	175,782
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	3.848,01
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,815

Fonte IBGE

SÃO BERNARDO DO CAMPO	
População estimada 2016	822.242
População 2010	765.463
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	409,532
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	1.869,36
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,805

Fonte IBGE

SÃO CAETANO DO SUL

População estimada 2016	158.825
População 2010	149.263
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	15,331
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	9.736,03
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,862

Fonte IBGE



Vista aérea de São Caetano do Sul
Divulgação/PMSCS



Museu Histórico Municipal - Divulgação/PMSCS

DIADEMA

População estimada 2016	415.180
População 2010	386.089
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	30,732
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	12.536,99
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,757

Fonte IBGE



Monumento aos Migrantes - Mauro Pedroso/PMD



Centro Cultural Eldorado - Mauro Pedroso/PMD



MAUÁ

População estimada 2016	457.696
População 2010	417.064
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	61,909
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	6.741,41
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,766

Fonte IBGE



Teatro Municipal - Roberto Mourão/PMM



Vista aérea da Igreja Matriz - Evandro Oliveira/PMM

RIBEIRÃO PIRES

População estimada 2016	121.130
População 2010	113.068
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	99,075
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	1.140,73
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,78

Fonte IBGE



Jardim Oriental e Paço Municipal
Divulgação/PMETRP



Estátua São José (Mirante) – Divulgação/PMETRP

RIO GRANDE DA SERRA

População estimada 2016	48.861
População 2010	43.974
Área da unidade territorial 2015 (km ²)	36,341
Densidade demográfica 2010 (hab/km ²)	1.210,04
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010 (IDHM 2010)	0,749

Fonte IBGE



Represa Billings – Divulgação/PMRGS



Mina de Grafite – Divulgação/PMRGS



MENSAGEM DOS PREFEITOS

CONHECER, PLANEJAR E TRANSFORMAR O GRANDE ABC



Ao longo destes últimos anos, participamos ativamente da consolidação do Consórcio Intermunicipal Grande ABC como ferramenta para o desenvolvimento regional. Essa transição foi marcada pelo fortalecimento e ampliação da capacidade institucional e técnica da entidade, além de mais recursos orçamentários para programas e ações regionais. Se a entidade segue como relevante referência nacional e internacional é graças ao empenho das equipes municipais e do Consórcio, e da disposição e maturidade desse colegiado de prefeitos em articular e construir políticas públicas a partir de uma agenda integrada.

Dentro desta tradição de visão regional impressa pelo Consórcio, obtivemos conquistas como os recursos do PAC Mobilidade para a elaboração de projetos nas sete cidades, a criação do Centro de Formação Regional em

Segurança Urbana, o mapeamento de áreas de risco com a remoção preventiva das famílias mais ameaçadas, além da conclusão de Planos Regionais estratégicos que fornecerão aos futuros prefeitos os elementos necessários para investimentos e políticas públicas necessárias para a qualidade de vida da população do Grande ABC.

Também intensificamos Campanhas Regionais durante esse período, como a Travessia Segura, de conscientização no trânsito e proteção aos pedestres, retomada nesta gestão, e as campanhas para a mobilização da população no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, zika vírus e febre *chikungunya*, bem como um conjunto de ações contra o vírus da gripe *Influenza A (H1N1)*.

Uma série de desafios nos guiou às conquistas alcançadas nesses últimos anos. Talvez o maior indicador desse avanço

tenha sido o pioneirismo deste Consórcio em lançar o primeiro Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo para a região. Construído em 2013 por meio do diálogo com a sociedade nos sete municípios, o documento orientou o planejamento de programas regionais e definiu ações prioritárias para os quatro anos seguintes e, portanto, continuará a direcionar as equipes municipais e o Consórcio ao longo de 2017, demarcando mais um ciclo da história iniciada em 1990 pelo colegiado de prefeitos liderado por Celso Daniel, que soube enxergar o Grande ABC como um todo, o que buscamos fortalecer com o PPA Regional.

Desse modo, conseguimos colher bons frutos e, certamente, sua continuidade será mais um legado para as próximas gestões. Ao final deste quadriênio, avançamos também da visão de integração regional para uma perspectiva de integração metropolitana. Nesse contexto, o Consórcio assumiu protagonismo na construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU), o plano diretor metropolitano, e se firmou como elo de articulação com os demais Consórcios Públicos da Grande São Paulo, a Prefeitura de São Paulo e o governo estadual. A entidade possui maturidade para liderar e aprimorar esse diálogo multi-institucional e para transformar a Região Metropolitana de São Paulo, com uma governança compartilhada e um papel relevante das cidades que a compõe.

Certamente o Consórcio avançou ao longo de 26 anos de existência, e ainda temos muitos desafios a vencer na transformação do Grande ABC. O planejamento regional integrado, o fortalecimento institucional e das capacidades de execução de programas pela entidade, coordenando e articulando as ações dos sete municípios, devem ser um caminho trilhado ao longo do período 2017/21, com a conclusão do primeiro PPA e a construção de um novo planejamento plurianual, permitindo uma crescente captação de recursos para a implementação das soluções estratégicas, na visão de um desenvolvimento efetivamente regional.

Luiz Marinho

Presidente do Consórcio
Prefeito de São Bernardo do Campo

Lauro Michels

Vice-presidente do Consórcio
Prefeito de Diadema

Carlos Grana

Prefeito de Santo André

Paulo Pinheiro

Prefeito de São Caetano do Sul

Donisete Braga

Prefeito de Mauá

Saulo Benevides

Prefeito de Ribeirão Pires

Gabriel Maranhão

Prefeito de Rio Grande da Serra



O CONSÓRCIO NA VISÃO DOS PREFEITOS



Carlos Grana

Prefeito de Santo André

“É preciso pensar as cidades como um todo e as soluções articuladas regionalmente. Com esse colegiado a tarefa de planejamento coletivo viveu um período favorável no ABC.”



Luiz Marinho

Prefeito de São Bernardo do Campo

“Construímos muito, mas podemos avançar mais. Articular soluções junto às demais cidades da região metropolitana, que nos veem como exemplo de entidade regional. Enxergo um processo de transformação das nossas cidades e o destravar de gargalos importantes.”



Paulo Pinheiro

Prefeito de São Caetano do Sul

“A atitude do Consórcio Intermunicipal, de pensar os investimentos regionais, chama a população para o debate e faz o Grande ABC ganhar dimensão política e se fortalecer junto aos governos estadual e federal.”



Donisete Braga

Prefeito de Mauá

“Um Consórcio Intermunicipal forte, com prefeitos unidos. É dessa forma que os sete municípios poderão avançar e concretizar políticas públicas para melhorar as condições de vida da população.”



Saulo Benevides

Prefeito de Ribeirão Pires

“Os sete municípios têm um vínculo muito grande, quase não conseguimos identificar nossas divisas. Com o empenho de todos, junto com o Consórcio, resolvemos demandas regionais.”

Lauro Michels

Prefeito de Diadema

“É de extrema importância este trabalho sincronizado entre os municípios, que traz uniformidade em questões como Saúde, Educação, Segurança e Mobilidade Urbana na nossa região.”



Gabriel Maranhão

Prefeito de Rio Grande da Serra

“Questões como drenagem e mobilidade urbana, entre outras, só podem ser discutidas regionalmente, como fazemos no Consórcio.”

SETE CIDADES, UMA REGIÃO: A TRAJETÓRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC surge em 1990 com o propósito de discutir soluções regionais para problemas comuns aos sete municípios. Essa nova forma de pensar, discutir e executar políticas públicas de maneira conjunta tem comprovado os benefícios de uma gestão compartilhada. A união por meio do Consórcio fortalece o olhar estratégico para o desenvolvimento regional nas diversas áreas da política pública.

Também marca a história do Consórcio o enfrentamento da crise econômica na década de 1990. Surge a Câmara Regional do ABC, fundamental para a elaboração do Planejamento Estratégico Regional 2000-2010, e com papel marcante na articulação de iniciativas e acordos regionais junto ao governo estadual. Dois expressivos nomes da vida pública, de um lado o prefeito Celso Daniel, e, de outro, o governador de São Paulo, Mário Covas, foram as grandes lideranças que estiveram à frente dessa etapa de construção do conceito de governança regional.

Também nesse período surgem os Grupos de Trabalho e se configuram os eixos de atuação do Consórcio, para o aprofundamento e detalhamento de políticas públicas necessárias à região. Entre as conquistas dessa fase, cabe lembrar os acordos regionais para a implantação dos pisciões no Grande ABC, ao mesmo tempo em que desafios como o Polo Tecnológico Regional ganham concepção, que volta a orientar o Consórcio no momento atual.

A década seguinte marcou uma relevante aproximação ao

governo federal, a partir da Carta do ABC, encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003. Nela estavam propostas de interesse regional estratégico, como a ampliação do Polo Petroquímico de Capuava, a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC) e a proposição de uma legislação específica para os consórcios intermunicipais, que viria a resultar na Lei de Consórcios Públicos dois anos depois. Também em 2003 surge o programa Casa Abrigo, a primeira iniciativa regional conduzida pelo Consórcio e que se torna um modelo de gestão compartilhada para outras iniciativas posteriores, como o Centro Regional de Formação em Segurança Urbana, inaugurado no atual quadriênio.

Em 2010, com a transição da entidade para a figura institucional do consórcio público, o Consórcio adquiriu maior segurança jurídica e ampliou sua representatividade junto ao Estado e à União, ampliando seu papel político de articulação interfederativa. Um dos primeiros projetos no novo formato foi a elaboração de um novo plano decenal, o Planejamento Estratégico Regional 2010-2020. Essa iniciativa se mostrou um marco para orientar as ações prioritárias do Consórcio a partir do biênio 2011/2012, conduzindo o diálogo com o governo federal e resultando na Agenda Metropolitana do Grande ABC, instrumento de negociação junto ao governo estadual.

Em mais uma iniciativa inédita no país, em 2013, o Consórcio entregou um Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo ao ABC. Planejado de modo articulado ao ciclo dos PPAs municipais, nele estão dispostos os



principais desafios e metas integradas dos sete municípios para o quadriênio 2014-2017, estruturados em torno da infraestrutura, do planejamento urbano e da gestão ambiental, da economia regional, da inclusão social e do desenvolvimento institucional. A ferramenta representa um avanço para a gestão compartilhada da região. A entidade foi o primeiro consórcio público a elaborar esse tipo de instrumento de gestão. Durante o processo de desenvolvimento, o PPA contou com a participação da comunidade que indicou diretrizes ao longo de sete plenárias regionais, e de uma consulta eletrônica. Ao todo, o plano contempla 63 ações prioritárias, que constituem um conjunto de 11 programas temáticos.

O documento aponta para as ações prioritárias e para a captação de recursos externos para a concretização dos referidos programas regionais. Um conjunto de planos regionais estratégicos foi entregue durante a vigência desse PPA, visando também orientar as futuras gestões na realização de seus investimentos, seja em âmbito municipal ou para sua execução pelo próprio Consórcio, numa próxima etapa de amadurecimento institucional da entidade. O Consórcio avança na elaboração de projetos temáticos compartilhados: o Plano Regional de Mobilidade, nesse sentido, foi o instrumento que permitiu a captação de recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a realização de obras que deverão fortalecer o transporte público na região, e para a continuidade da elaboração de novos projetos viários pelo próprio Consórcio.

Para dar suporte aos programas regionais, a entidade também ampliou sua capacidade técnica com a realização de novo concurso público para fortalecer o quadro de funcionários, buscando capacitar o Consórcio como uma ferramenta institucional em termos da elaboração e coordenação de projetos de impacto regional. Com a criação de novos Grupos de Trabalho, grupos temáticos e dos comitês de programa, foi possível expandir o escopo de atuação do Consórcio para a perspectiva metropolitana. Nesse contexto, o Plano Diretor Regional não apenas deve orientar as alterações dos futuros Planos Diretores Municipais, mas também apoiar a atuação do Consórcio, ao longo de 2017, na finalização do Plano Diretor Metropolitano, conhecido como PDUI.

É importante destacar que a questão metropolitana se torna uma questão central da entidade com a posse do prefeito Luiz Marinho também como presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo. O novo quadriênio se inicia apoiado, portanto, em uma forte base de planejamento, o PPA Regional, com desafios e diretrizes claramente apontados e perseguidos, muito além de um protagonismo político ampliado, que busca avançar de uma governança regional compartilhada no Grande ABC, já com 26 anos de história, para uma governança efetivamente metropolitana em toda a Grande São Paulo. A elaboração do próximo PPA, visando o período 2018/21, certamente guardará relação com o presente quadriênio, como um marco na consolidação do novo papel do Consórcio na transformação permanente de nossa região.

26 ANOS NA HISTÓRIA DO ABC

A linha do tempo que aponta fatos marcantes da trajetória do Consórcio Intermunicipal Grande ABC é também um retrato da entidade em sua atuação. O período anterior à atual estruturação como consórcio público foi marcado pelos desafios da fundação e da fase inicial da entidade no início dos anos 1990, sob a liderança do prefeito Celso Daniel, e pelos esforços de articulação através da Câmara Regional do ABC com o governo estadual e a sociedade civil para o combate à crise econômica dos anos 1990.

Na década seguinte, um marco relevante foi a Carta do ABC, encaminhada ao governo federal em 2003, com diversos pontos de interesse da região elencados pelo Consórcio. O documento viria a ser o embrião de transformações, como a criação e a instalação da Universidade Federal do ABC depois de um longo período de lutas por uma universidade pública na região, além da expansão do Polo Petroquímico de Capuava. Também deriva desse documento um grande divisor de águas para a atuação regional, possibilitada através da nova Lei de Consórcios Públicos, que leva à transição da entidade para a condição de órgão público, concluída em 8 de fevereiro de 2010.

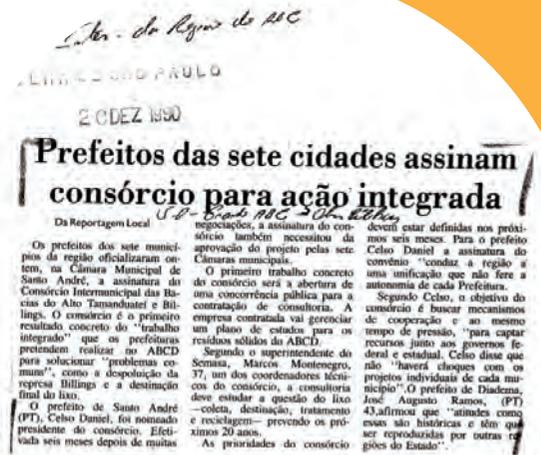
Com a transformação, a entidade adquiriu mais dinamismo e ampliou suas atribuições: além de articular ações junto às demais esferas federativas, o Consórcio passou a ter legitimidade para planejar e executar políticas públicas de âmbito regional.

Entre 2011 e 2012, a entidade deu seus passos iniciais como autarquia pública intermunicipal, com a definição de pautas estratégicas junto aos governos estadual e federal. A partir de 2013, elevou sua representatividade política na região por meio da elaboração e implementação do Plano Plurianual

(PPA) Regional Participativo do Grande ABC, com uma correspondente ampliação da capacidade técnica da entidade e maior engajamento na formação de servidores em áreas distintas de interesse regional.

O PPA também se mostra determinante para preparar projetos de impacto regional e para a construção de Planos Regionais nas diversas áreas de atuação, guiando o Consórcio para o desafio do protagonismo político na governança metropolitana. No campo da gestão compartilhada, o Consórcio vai além do abrigo de mulheres vítimas de violência doméstica, com o Programa Casa Abrigo, premiado e reconhecido nacionalmente, avançando para a capacitação de servidores públicos no campo da segurança urbana, com a criação do Centro Regional de Formação (CRFSU).

Nas imagens a seguir estão alguns dos fatos mais importantes desses períodos:



Folha de S. Paulo, 2 de dezembro de 1990



LINHA DO TEMPO 1990 - 2012



1990

Consórcio poderá beneficiar o ABC

O Estado de S. Paulo, 7 de outubro de 1990



2005

Construção de Piscinões

Foto: Fernando Araújo/DGABC



2009

Seminário "ABC do Diálogo e do Desenvolvimento"

Foto: Wilson Magão/PMSBC



2011

Inauguração do Centro de Documentação e Memória (Cedoc), com a presença do Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho



1997

Assinatura de acordos de cooperação.

*Câmara Regional do ABC
(Foto: Rivaldo Gomes/DGABC)*



2009

Encontro "O ABC em Diálogo com o Presidente".

Foto: Wilson Magão/PMSBC



2011

Aquisição de equipamentos para as Defesas Cívicas



2012

Virada Cultural Regional

LINHA DO TEMPO 2013 - 2016



2013

Entrega da Agenda Regional da Saúde ao Ministro Alexandre Padilha

Foto: Wilson Magão/PMSBC



2013

Plenária para Elaboração do Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo 2014 - 2017



2013

Oficina Técnica "Desafios da Gestão de Riscos Urbanos no Grande ABC"



2014

Presidenta Dilma Rousseff libera recursos federais para obras e projetos do PAC Mobilidade do ABC

Foto: Roberto Stuckert Filho/PR



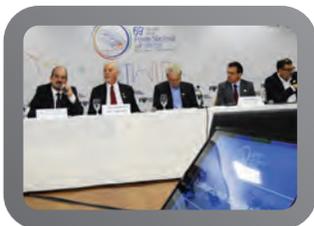
2015

Programa Casa Abrigo Regional recebe Medalha Ruth Cardoso



2015

Retomada da Campanha Travessia Segura, com apresentação do herói Mister Mão aos prefeitos e início das ações de rua



2016

Consórcio formaliza filiação à Frente Nacional de Prefeitos

Foto: André Melo e Nina Lima - FNP



2016

Primeiro curso de GCMs do Centro Regional de Formação em Segurança Urbana

Foto: Ricardo Quiles - CRFSU



2016

Luiz Marinho é eleito presidente do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana



2016

Visita monitorada - Congresso Brasileiro de Turismo Industrial



2016

Consórcio e Diocese debatem políticas públicas regionais



2016

Seminário Regional de Educação Profissional



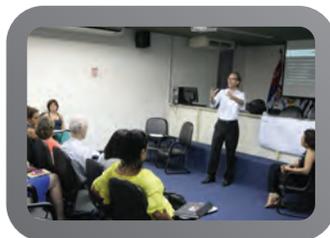
2016

Ação Regional de Combate ao Mosquito da Dengue em Mauá



2016

Cooperativa de catadores da região apresenta balanço



2016

UFABC apresenta diagnóstico do Plano Diretor Regional



2016

Divulgação do Boletim Especial Mulher e Trabalho no ABC (PED)



PLANEJAMENTO E INTEGRAÇÃO REGIONAL





O CONSÓRCIO FRENTE AOS DESAFIOS DO GRANDE ABC



Plenária para Elaboração do Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo 2014/2017 em Rio Grande da Serra. JC Soares/PMRGS

Em 2013, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC se transformou no primeiro consórcio público a se engajar no desenvolvimento de um Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo. Inédito no país, o documento estabelece os programas e ações considerados prioritários pelas sete cidades para o período de 2014 a 2017, traçando o caminho regional para o quadriênio. O protagonismo da entidade nesse processo é hoje referência para outros consórcios públicos em todo o país.

O PPA foi fundamental para a priorização e desenvolvimento de Planos Regionais em áreas estratégicas, muitos deles já entregues, como o Plano Regional de Educação e o Estudo Regional de Macro e Microdrenagem, além de elaboração de diagnósticos regionais em andamento, todos contemplados pelo PPA.

O Plano avançou em relação aos planejamentos decenais anteriores ao buscar o envolvimento direto da sociedade civil em seu debate e encurtar a sua vigência, de modo articulado aos planejamentos municipais.

O processo de construção do PPA Regional teve como destaque a participação da sociedade nas plenárias realizadas em cada um dos municípios, além de uma consulta pública também inédita, através do site da entidade, garantindo um

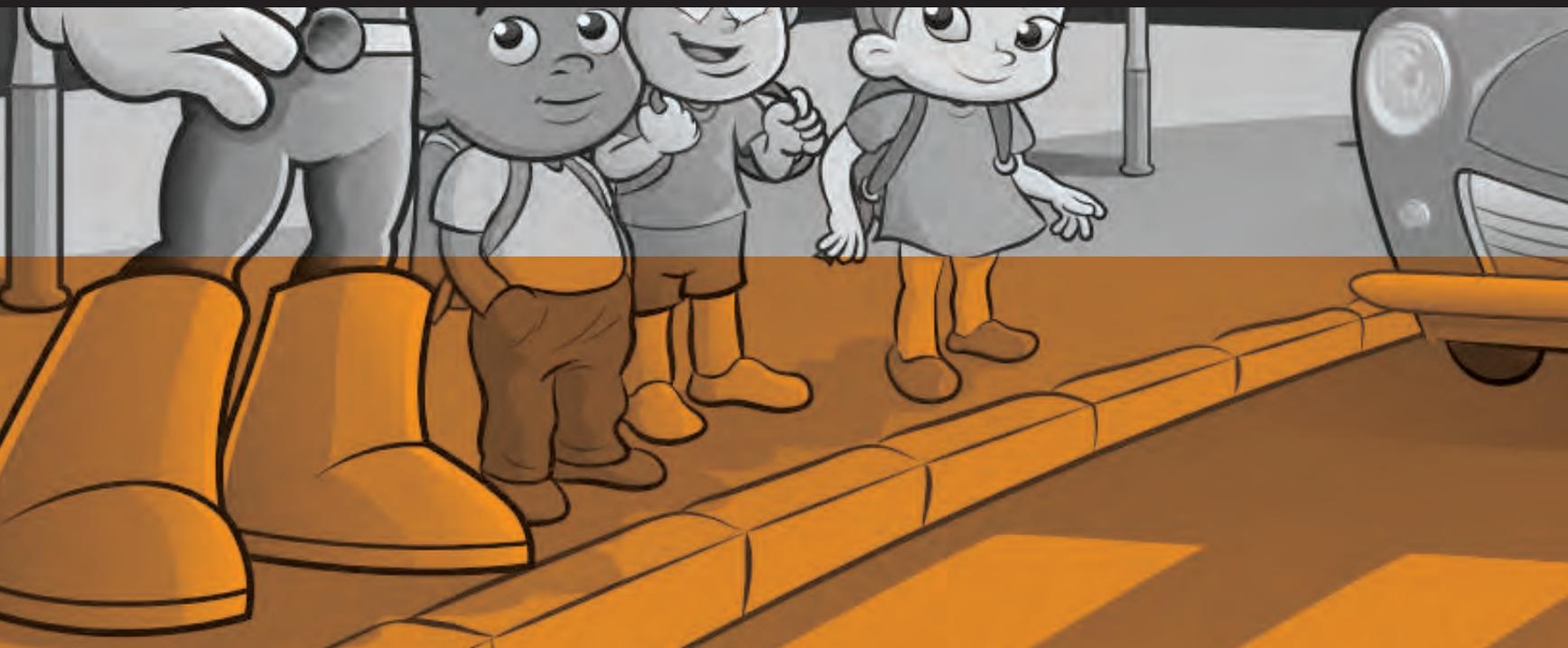
caráter participativo ao processo. Ao todo, mais de 1.500 cidadãos se engajaram na definição dos 11 Programas e indicação de 165 diretrizes que resultaram no documento final, composto por 63 ações prioritárias. Confira nas próximas páginas algumas das ações concretizadas nos programas do PPA Regional Participativo do Consórcio.

PPA EM NÚMEROS





MOBILIDADE URBANA





PROJETOS DE MOBILIDADE REFORÇAM INTEGRAÇÃO



Entrega do Plano de Investimentos em Mobilidade Regional à Ministra Miriam Belchior

O primeiro Plano Regional produzido pelo Consórcio foi para a Mobilidade Urbana. E foi também um dos principais exemplos de avanço da gestão regional dentro da perspectiva de integração. O estudo abrange, entre outras ações, a reorganização das redes municipais e metropolitanas de transporte coletivo, intervenções físicas em obras de ampliação da infraestrutura viária e medidas operacionais de gestão da circulação, envolvendo 16 eixos viários de interesse regional que cortam as sete cidades do Grande ABC.

A elaboração do Plano de Mobilidade Regional foi fruto de articulação da entidade desde 2012. A captação de recursos junto ao governo estadual viabilizou investimento em torno de R\$ 1 milhão para sua realização, sendo R\$ 200 mil de contrapartida do Consórcio. Não demorou para que o Plano comprovasse ser uma importante ferramenta para a busca de novos recursos destinados à mobilidade na região. Em abril de 2013, as propostas do PMR serviram de ponto de partida

para a construção do Plano de Investimentos em Mobilidade Urbana na Região do Grande ABC, entregue ao Ministério do Planejamento. E em agosto daquele mesmo ano, a presidenta da República, Dilma Rousseff, anunciou investimentos para a área de mobilidade, fruto da articulação do Consórcio, calculados em aproximadamente R\$ 1,1 bilhão do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), destinados à primeira etapa de obras e projetos de corredores de transporte coletivo do ABC. A existência de um plano detalhado foi fator determinante para a aprovação desses recursos.

As obras envolvidas priorizam corredores exclusivos ou prioritários ao transporte coletivo e que aumentem a capacidade do viário, melhorando a fluidez do transporte público. Entre os municípios da região, Rio Grande da Serra foi o primeiro a obter a liberação de verbas destinadas aos trechos do município, com início das obras do PAC Mobilidade em fevereiro de 2015.

21 PROJETOS DE ENGENHARIA COM RECURSOS FEDERAIS

Em março de 2016, o Ministério das Cidades autorizou também o início da elaboração de 21 novos projetos do Plano de Mobilidade Regional do Consórcio, com recursos da União que somam R\$ 26,4 milhões. Os projetos deverão fazer parte de uma etapa futura de obras viárias na região.

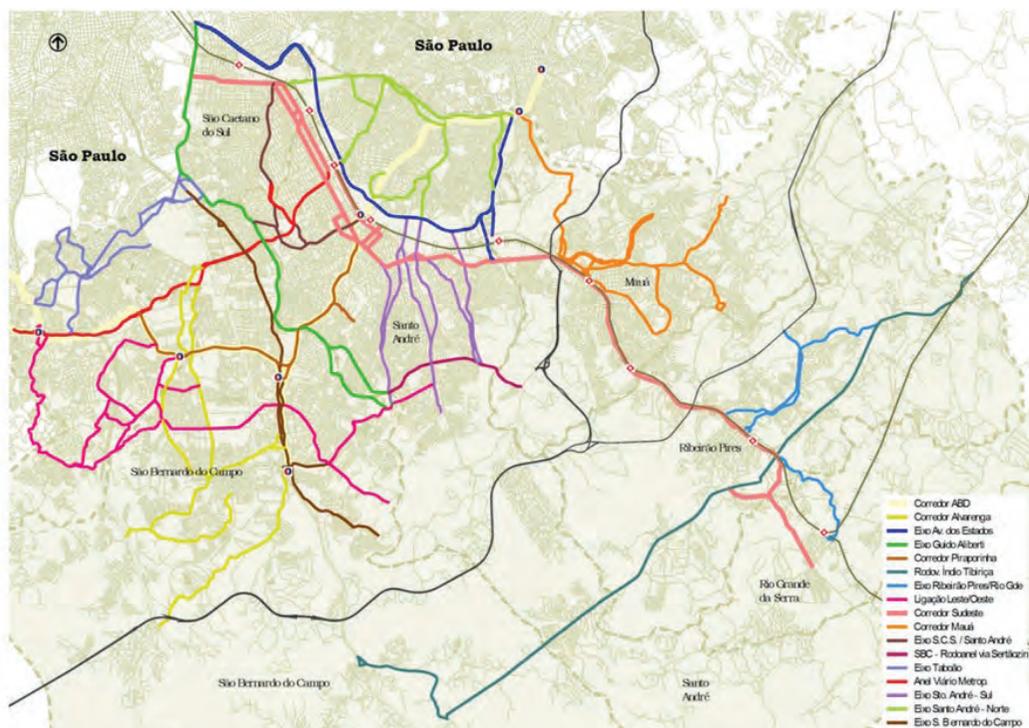
Além das intervenções em andamento nos corredores preferenciais de Rio Grande da Serra, o Plano Regional já resultou em outros projetos como o eixo Robert Kennedy/ Couros, entre São Bernardo do Campo e Diadema, e o corredor Itapark, em Mauá, projeto também elaborado pelo Consórcio.

O desafio imediato do Plano de Mobilidade Regional é a concretização das obras aprovadas nos municípios, buscando

nova captação de recursos nas esferas estadual, federal ou mesmo junto a organismos internacionais. O Consórcio vem desenvolvendo até o momento quatro dos 16 eixos apontados pelo plano, tendo como objetivo dar continuidade à implementação das obras correspondentes.

A entidade deverá se dedicar, em 2017, à realização do projeto do Centro do Controle de Operações (CCO), uma iniciativa pioneira para o monitoramento regional, ainda com a liberação pendente no Ministério das Cidades. Além disso, será iniciado um estudo visando analisar e propor medidas voltadas à integração operacional e tarifária de um sistema de transporte público em âmbito regional e em escala metropolitana, hoje inexistente na Grande São Paulo.

EIXOS DE INTERVENÇÃO



Plano Regional de Mobilidade



TRAVESSIA SEGURA

Desenvolver ações de respeito ao pedestre, uma das prioridades do Programa Mobilidade Urbana estabelecido no Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo, teve como destaque no quadriênio a continuidade da Campanha Travessia Segura, promovida pelo Consórcio.

A campanha regional de conscientização de motoristas e pedestres sobre o uso e respeito às faixas de travessia tem caráter permanente, com ações também previstas para 2017. Sua primeira fase foi executada entre dezembro de 2011 e dezembro de 2012, buscando iniciar uma mudança de comportamento no trânsito. Teve continuidade com ações desenvolvidas pelas prefeituras, e, na etapa mais recente, desde 2015, além de englobar atividades de rua e sensibilização em escolas, incorporou um plano maior de ações, envolvendo a criação de um personagem, o “super-herói” Mister Mão, e campanha publicitária em tevês, rádios, jornais, revistas, internet e redes sociais, além de mídia externa como outdoors e busdoors. Como resultado, a campanha contribuiu com a redução dos acidentes de trânsito na região. A queda, entre 2012 e 2015, foi de 38,1% nos casos envolvendo acidentes de trânsito com e sem

vítimas e atropelamentos, segundo dados do Comando de Policiamento Militar da Região do ABC (CPA-M6).



SINCRONIZAÇÃO SEMAFÓRICA

Outra aposta do Consórcio dentro da gestão regional do tráfego ocorreu com a sincronização dos semáforos para dar maior fluidez ao trânsito em 2013. Aproximadamente 200 cruzamentos nos corredores de interligação das cidades da região receberam a reprogramação, com o objetivo de proporcionar melhorias no trânsito.

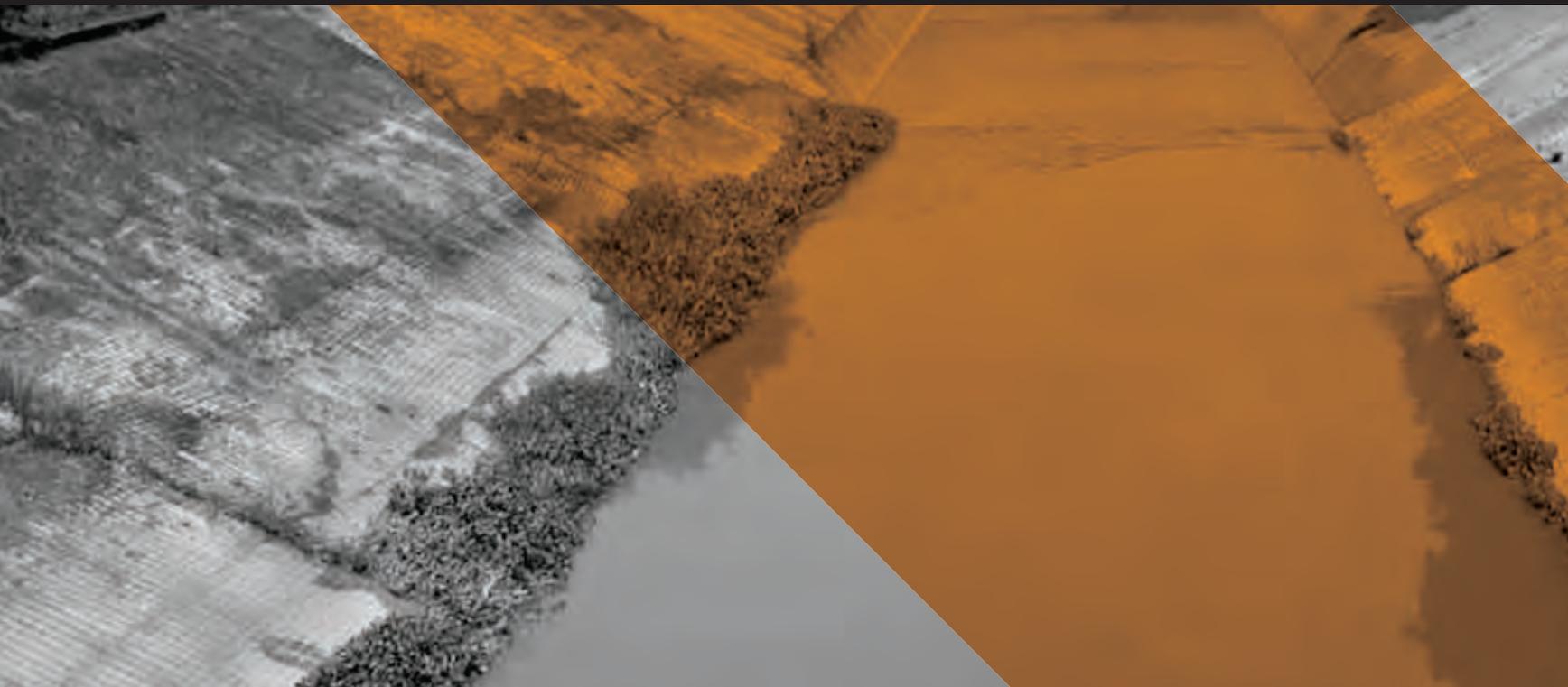
ACIDENTES DE TRÂNSITO – GRANDE ABC

Tipo de Acidente	2012	2013	2014	2015	2016*	Total	Redução 2012/2015	Redução 2014/2015
Sem vítimas (A)	19395	16018	13124	11396	5723	65656	41,24%	13,17%
Com vítimas (B)	6467	5689	4951	4542	2539	24188	29,77%	8,26%
Atropelamentos (C)	1625	1390	1230	1079	621	5945	33,60%	12,28%
Vítimas - Lesão	6650	5880	5139	4664	2481	24814	29,86%	9,24%
Vítimas fatais	62	62	60	57	22	263	8,06%	5,00%
Vítimas de atropelamento	1731	1506	1260	1155	669	6321	33,28%	8,33%
Total de acidentes (A+B+C)	27487	23097	19305	17017	8883	95789	38,09%	11,85%

* Dados até julho de 2016. Fonte: Comando de Policiamento Militar da Região do ABC (CPA-M6)



DRENAGEM URBANA



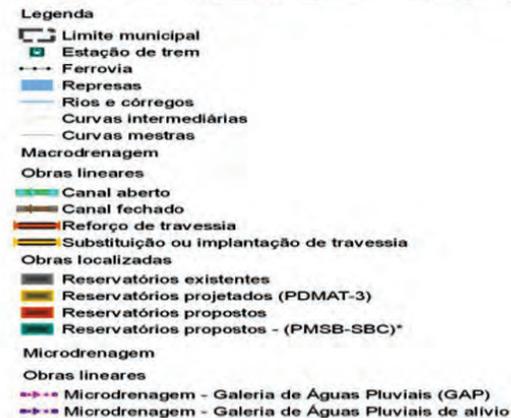
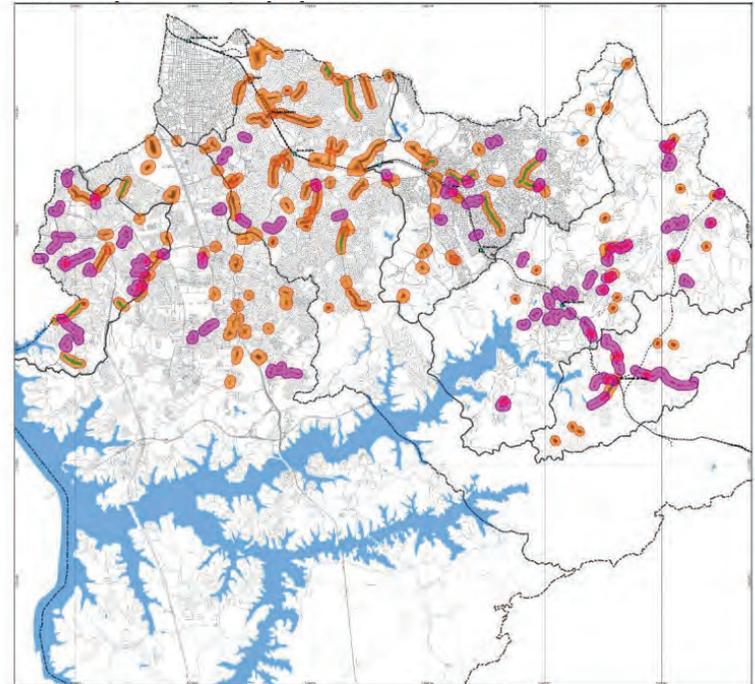


PLANO REGIONAL DE DRENAGEM ORIENTA VISÃO METROPOLITANA

Resultado das ações prioritárias do Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo 2014 - 2017, o Estudo Regional de Planejamento Estratégico da Macro drenagem e Micro drenagem do Grande ABC permite um olhar para que os próximos prefeitos orientem os investimentos regionais em drenagem urbana com uma visão metropolitana.

A versão final do estudo foi apresentada em setembro de 2016, apontando para a necessidade de 259 intervenções que demandam investimentos estimados em R\$ 2,9 bilhões. Entre as medidas estruturais propostas, o plano aponta a necessidade de 137 quilômetros de redes de galerias e canais e mais de 6 milhões de m³ de reservatórios, conhecidos como piscinões. Elaborado pela KF2 Engenharia, acompanhado e revisto pelo Comitê de Programa Drenagem, o trabalho foi projetado para um horizonte de 20 anos, possibilitando uma visão integrada da drenagem no Grande ABC e permitindo orientar a captação de recursos, a contratação dos projetos executivos e a contratação das obras apontadas, que também passaram por um processo de hierarquização.

MAPA DE MEDIDAS PROPOSTAS



OS NÚMEROS



A medida de maior abrangência regional proposta pelo plano é a construção do Piscinão Jaboticabal, nas proximidades da Rodovia Anchieta e na confluência entre os ribeirões dos Couros e dos Meninos, na divisa entre São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e São Paulo. O seu custo de implantação é estimado em R\$ 390 milhões, beneficiando quase um milhão de habitantes da região.

Além do Piscinão Jaboticabal, as principais obras elencadas no estudo incluem o reservatório do Córrego Cassaquera, em Santo André, com investimento de R\$ 55 milhões e benefício a 379 mil pessoas; o reservatório da Rua Alfredo Sebastião da Silva, em Mauá, com custo previsto de R\$ 7,7 milhões e 433 mil habitantes beneficiados; o reservatório da Avenida Fundibem, em Diadema, com valor estimado de R\$ 62,3 milhões e 330 mil habitantes beneficiados; e a canalização do Córrego dos Meninos, em São Caetano do Sul, com obras na ordem de R\$ 139 milhões e benefício a 140 mil pessoas. Em outros municípios, o impacto das intervenções será local, como no caso do reservatório da Rua Pedro Rípoli, em Ribeirão Pires, com investimento previsto de R\$ 18,4 milhões e melhorias para mais de 44 mil pessoas; o mesmo se aplica no caso do reforço de travessia da Rua Prefeito Cido Franco,



Piscinão localizado na Avenida Lauro Gomes com a Rua Abraão Saloti (Vila Dourados)



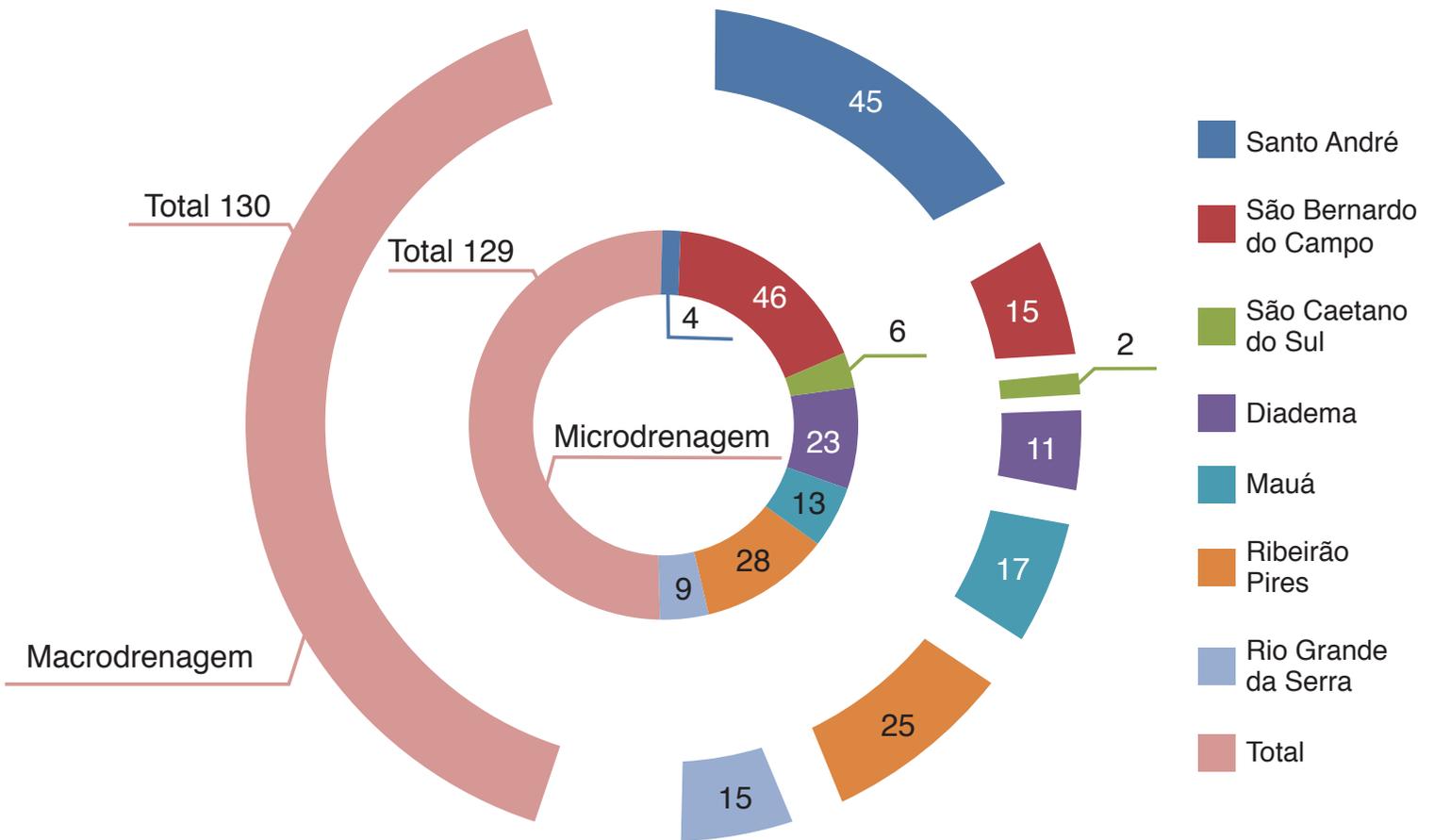
Vista de trecho do Rio Tamanduateí

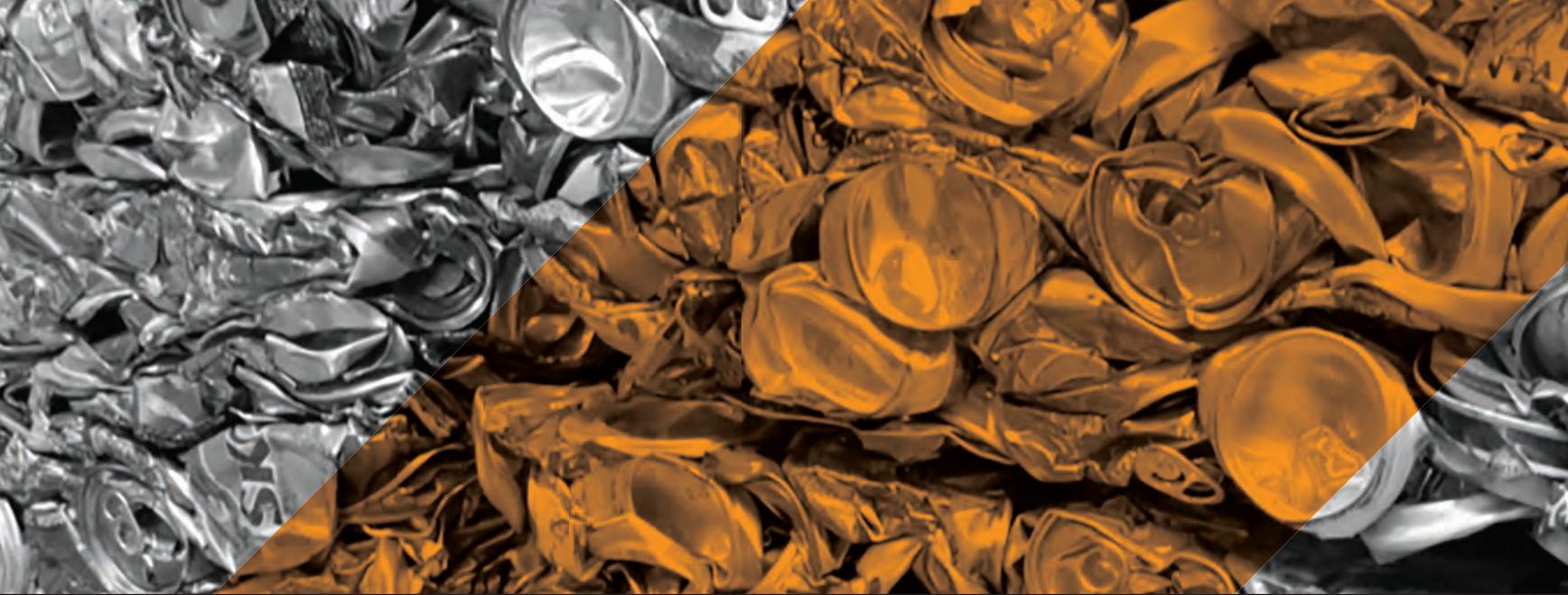
em Rio Grande da Serra, com custo de R\$ 846 mil e benefício para 2 mil habitantes. O estudo foi também enviado ao Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), órgão do governo estadual. A proposta amplia também o conjunto de indicações de investimento apresentadas pelo Consórcio para o Orçamento Estadual 2017.



Plano Regional de Drenagem prevê ampliação dos piscinões no ABC. Wilson Magão/PMSBC

QUADRO RESUMO DAS QUANTIDADES DE MEDIDAS POR MUNICÍPIOS





RESÍDUOS SÓLIDOS





PLANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PROPÕE ACORDOS REGIONAIS PARA LOGÍSTICA REVERSA

O Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Grande ABC (PRRS/ABC), entregue em maio de 2016 pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, propõe entre suas diretrizes o estabelecimento de acordos regionais para a logística reversa, a serem firmados com os setores produtivos que possuem responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. A proposição é pioneira no país.

A proposta também prevê um sistema regional de coleta seletiva, que, além da coleta porta-a-porta, contará com postos de entrega voluntária (PEV) e estações de coleta (ecopontos). O Plano propõe um PEV para cada 1,5 mil habitantes e um ecoponto para cada 30 mil moradores. Ao final de duas décadas, o total de equipamentos projetados para a coleta seletiva nos municípios da região deverá alcançar 2.034 PEVs e 102 ecopontos, além de uma frota regional de 60 caminhões.

O Plano vai orientar a captação de recursos e também uma série de acordos relacionados à destinação de resíduos e o seu reaproveitamento. Uma das ações prioritárias definidas no Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo, o Plano Regional de Resíduos Sólidos foi debatido desde 2014 pelo Comitê de Programa responsável, formado por representantes das áreas técnicas e gestores das sete prefeituras consorciadas.

Em junho de 2015, com apoio técnico da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), o plano foi elaborado com o objetivo de indicar soluções integradas para a região, considerando um horizonte de 20 anos. Antes de sua apresentação à Assembleia de Prefeitos, o documento passou ainda por audiências públicas nas sete cidades.

O custo estimado para implantação do plano é de R\$ 1 bilhão, sendo R\$ 548 milhões em investimentos para triagem e R\$ 461 milhões para coleta. Com base em metas de recuperação de materiais estabelecidas no Plano Regional, o estudo projeta resultados iniciais para um horizonte de cinco anos.



Audiência pública do Plano Regional de Resíduos Sólidos em Santo André

O PLANO REGIONAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO GRANDE ABC ESTABELECE AS SEGUINTE DIRETRIZES REGIONAIS:





Ecoponto. Acervo FESPSP

OBRA LIMPA: UMA INICIATIVA VOLTADA À CONSTRUÇÃO CIVIL

O Plano Regional também contempla os resíduos da construção civil (RCC). Entre os desafios estabelecidos no estudo está a promoção de ações relacionadas ao estímulo de beneficiamento, reciclagem e reutilização do material remanescente. Antes mesmo da sua finalização, o Consórcio implementou o programa regional Obra Limpa, visando reduzir o descarte irregular dos resíduos da construção civil. Atualmente, 71 empresas estão cadastradas no programa e mantêm o compromisso de atuar de forma ambientalmente adequada.



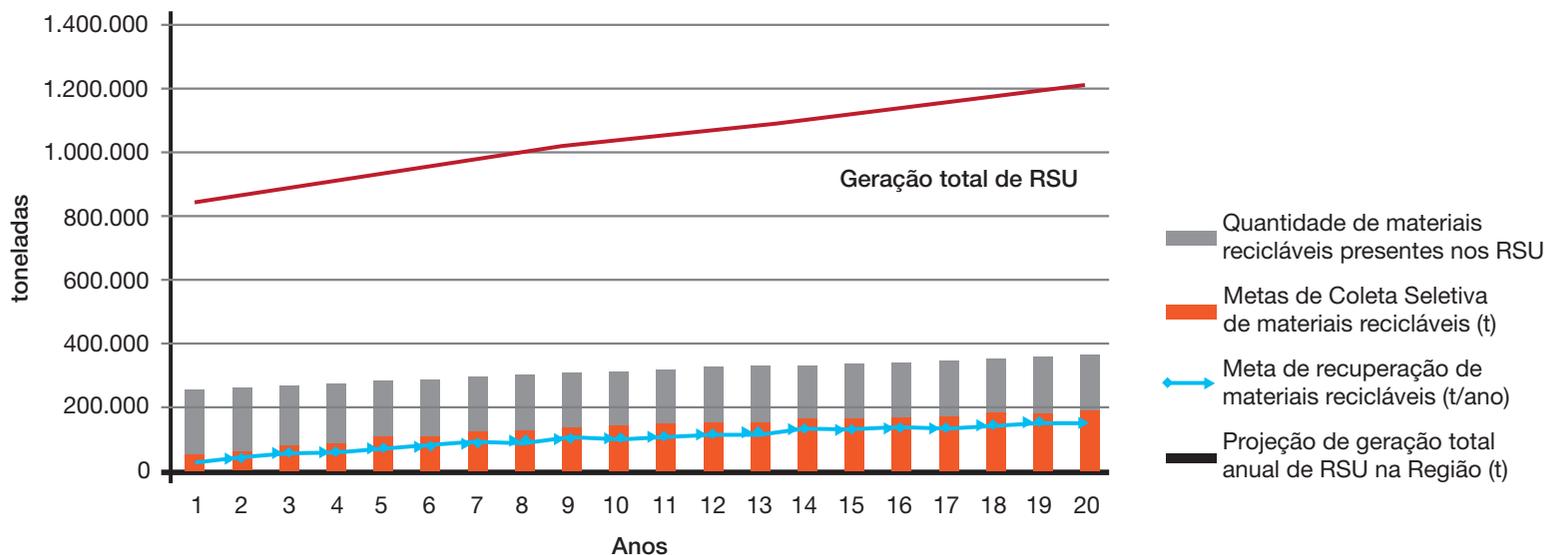
O PAPEL CENTRAL DOS CATADORES

A valorização dos catadores e trabalhadores da reciclagem também está presente nas discussões promovidas pelo Consórcio. A entidade foi parceira da Cooperativa Central de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Grande ABC (Coopcent) no Projeto de Fortalecimento dos Catadores e Catadoras e Ampliação da Coleta Seletiva no Grande ABC. Iniciado em 2011, o projeto promoveu a identificação e cadastramento de catadores avulsos para inserção em trabalho associativo. Cerca de mil catadores foram capacitados na região, sendo 750 catadores novos e 250 já organizados. A iniciativa, concluída em 2016, atingiu 100% das metas estabelecidas. A participação das cooperativas de catadores também consta entre as diretrizes do Plano Regional de Resíduos Sólidos.



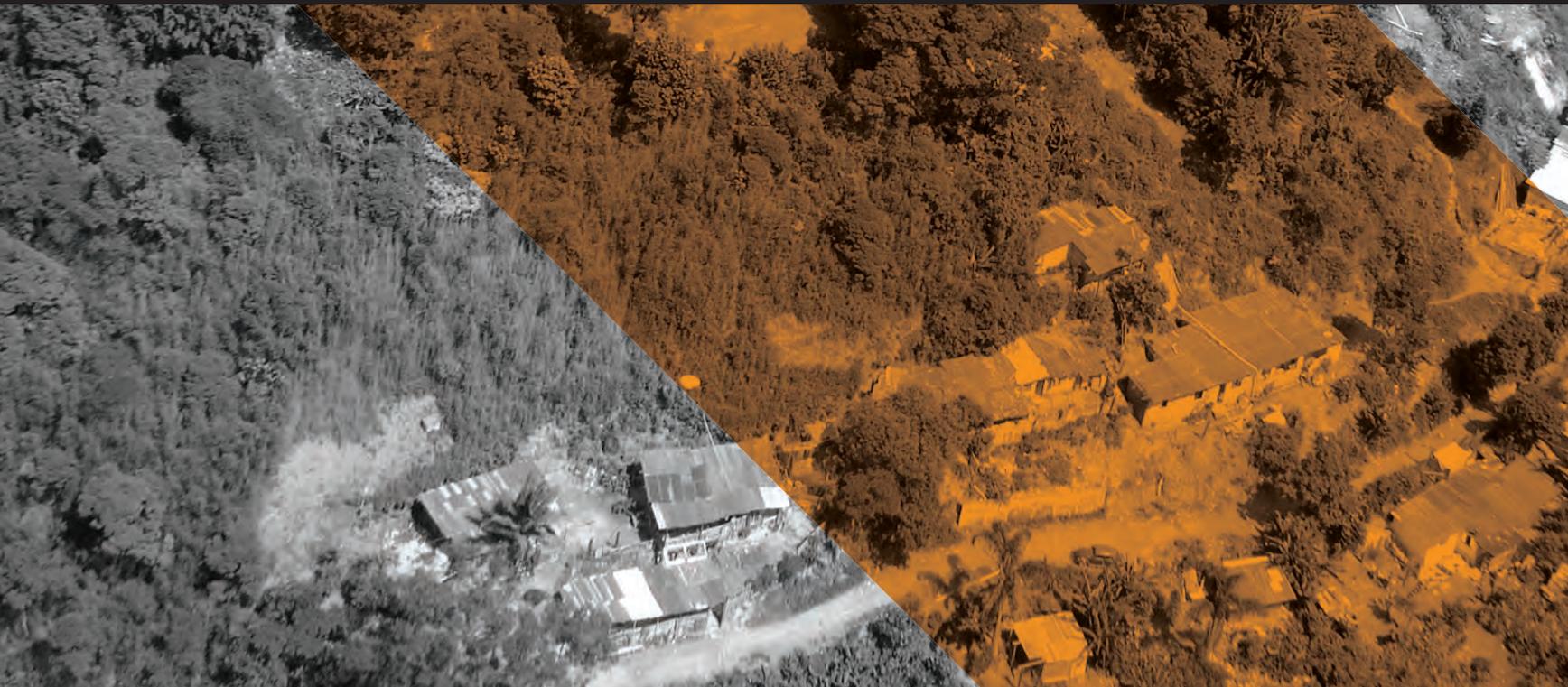
Ecoponto e centrais de triagem. Acervo FESPSP

CENÁRIO DE METAS REGIONAIS DE COLETA E DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS RECLÁVEIS NA MASSA TOTAL DE RESÍDUOS GERADOS NA REGIÃO DO GRANDE ABC





RISCOS URBANOS E AMBIENTAIS





GESTÃO DE RISCOS URBANOS DA REGIÃO SE ANTECIPA AOS DESASTRES AMBIENTAIS



Levantamento de moradias em áreas de risco feito pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT)

Como uma das mais importantes iniciativas do quadriênio, as prefeituras do ABC se uniram para a retirada de famílias de áreas de risco iminente antes das ocorrências de deslizamentos e desmoronamentos. A proposta das sete cidades, concretizada pelo Consórcio Intermunicipal, abriu caminho para uma estratégia amplificada para o conceito da gestão de Riscos Urbanos e Ambientais, avançando ainda mais em relação ao trabalho integrado das Defesas Cívicas.

A retirada das famílias antes da ocorrência de desastres no período das chuvas de verão só foi possível a partir do mapeamento de riscos na região. A identificação destas moradias foi feita por meio de estudo realizado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), contratado pelo Consórcio em 2012, e que apontou a necessidade de 630

remoções preventivas em áreas de risco iminente. A partir deste levantamento, a entidade articulou a assinatura de convênio, em 2014, pelo qual o Governo do Estado assumiu o compromisso de arcar com 50% do auxílio-aluguel para as famílias afetadas. Pouco mais de dois anos depois, 553 famílias foram removidas, alcançando 87,8% da meta proposta até setembro de 2016.

Como parte do Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo do Grande ABC para o quadriênio 2014-2017, o Programa Gestão de Riscos Urbanos e Ambientais propõe a ampliação de ações regionais de monitoramento, prevenção e eliminação de riscos. Neste contexto, outra ação pioneira idealizada pelo Grupo de Trabalho Defesa Civil do Consórcio é o Plano Regional de Auxílio Mútuo (PRAM), que formaliza e viabiliza

as ações conjuntas de resposta imediata na contenção de desastres por parte de todas as equipes das defesas civis do Grande ABC.

Em 2016, o Consórcio deu também início ao processo de elaboração do Inventário Regional de Gases de Efeito Estufa (GEE), primeiro documento regional do gênero desenvolvido no país. O inventário registra as fontes de emissão da região e possibilita propor políticas, ações e estratégias para mitigar os impactos dos gases de efeito estufa. O documento deve contribuir para o planejamento das ações de controle de emissões de gases estufa na região, além de subsidiar a preparação de uma estratégia de enfrentamento e adaptação às mudanças climáticas também na Região Metropolitana de São Paulo. Para acompanhar esse trabalho, foi criado o Grupo Temático Mudanças Climáticas.



Assinatura de convênio com o governo estadual para remoção preventiva de famílias em áreas de risco



Oficina para a elaboração do Inventário Regional de Gases de Efeito Estufa (GEE)



Imagem aérea de área de risco em Rio Grande da Serra



Ainda em 2016 foi aprovada a criação de um grupo regional de respostas rápidas a emergências envolvendo produtos químicos perigosos no ABC, composto de órgãos públicos e representantes do setor privado. A Subcomissão Regional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos da Região do Grande ABC, conhecida também pelos gestores como P2R2, tem como foco implementar iniciativas regionais voltadas especificamente a prevenir acidentes com produtos químicos na região, estabelecendo protocolos de manejo de desastres e agindo de forma integrada e articulada para a minimização dos impactos das eventuais ocorrências. Todas

essas iniciativas fazem parte do Plano Regional de Redução de Riscos, uma das ações prioritárias do PPA 2014/17, assim como as cartas geotécnicas de aptidão à urbanização para Ribeirão Pires e Santo André, visando à Gestão Compartilhada de Riscos, produtos do Termo de Cooperação Técnico-Científico (TCTC) assinado com a Universidade Federal do ABC (UFABC).

No contexto metropolitano, o Grande ABC passou a integrar a Câmara Técnica Metropolitana para a Gestão de Riscos Ambientais Urbanos, lançada em dezembro de 2015. O lançamento fez parte de pacote de ações do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo.

SÍNTESE DAS REMOÇÕES PREVENTIVAS NO ABC

Município	Total de Remoções conforme Termo de Cooperação com o governo estadual	Remoções realizadas	Remoções pendentes
Santo André	322	319*	3
São Bernardo do Campo	63	63	0
Diadema	37	32	2**
Mauá	145	108	37
Ribeirão Pires	33	20	13
Rio Grande da Serra	30	11	19
Total	630	553	74

*16 remoções sob responsabilidade do CDHU. **Três notificados desistiram do benefício.
 Fonte: Consórcio Intermunicipal Grande ABC, referência setembro/2016.



HABITAÇÃO





DIAGNÓSTICO RETRATA SITUAÇÃO HABITACIONAL DO ABC

Em 2016, o Grande ABC concluiu o seu Diagnóstico Habitacional Regional, que detalha como se coloca a questão da moradia nas sete cidades. O estudo foi a primeira das ações concluídas do Programa Habitação do Plano Plurianual Regional (PPA) 2014-2017. Com o propósito de orientar políticas públicas para a área do ABC, o diagnóstico poderá ser utilizado para captar recursos junto aos governos estadual e federal.

Iniciado em 2015, o Diagnóstico foi elaborado pela Universidade Federal do ABC, que atuou de modo coordenado junto ao Comitê de Programa Habitação da entidade. Esse foi o

primeiro produto que resultou do Termo de Cooperação firmado entre o Consórcio e a UFABC, contribuindo para a identificação do déficit habitacional e das necessidades regionais relacionadas à regularização fundiária, produção de habitações de interesse social e requalificação de moradias.

Entre os pontos destacados pela pesquisa está o déficit global de 230 mil moradias nos sete municípios. O total de moradias que precisa ser construído atinge 100.362 unidades, enquanto outras 129.714 moradias demandam investimento em infraestrutura, a exemplo de saneamento básico, energia elétrica e coleta de lixo.

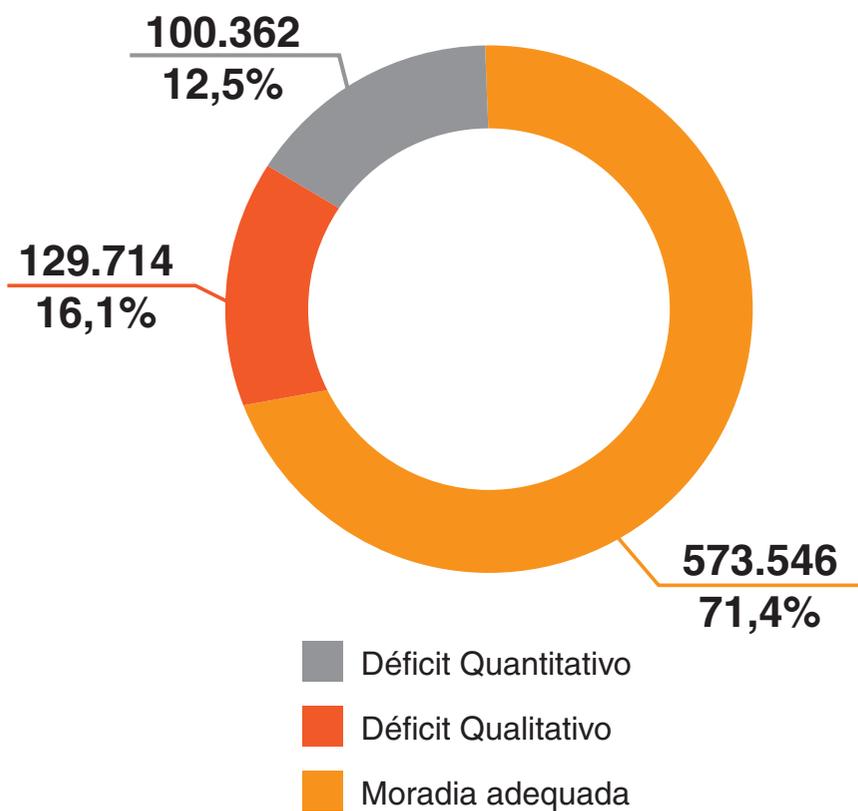
DEMANDAS AO ORÇAMENTO ESTADUAL

Entre as demandas destinadas ao campo do Planejamento Urbano e Habitação do ABC propostas ao Orçamento Estadual 2017, está a construção de unidades habitacionais para cerca de 2.000 famílias em áreas de alto risco e a solicitação de 4.000 moradias para atendimento dos programas habitacionais de interesse social e urbanização de favelas. Segmentos populacionais de renda familiar mensal de até três salários mínimos se enquadram nos requisitos para receber recursos do poder público desses programas.



Conjunto Habitacional Sítio Bom Jesus em São Bernardo do Campo. Acervo PMSBC

ESTIMATIVA DO DÉFICIT HABITACIONAL PARA A REGIÃO DO GRANDE ABC



Fonte: UFABC



ESTIMATIVA DO DÉFICIT HABITACIONAL RESULTANTE DA COMPATIBILIZAÇÃO ENTRE AS ABORDAGENS DOMICILIAR E TERRITORIAL

Município	Estimativa síntese do déficit habitacional (compatibilização - Região 1+2+3)			Total de domicílios
	Quantitativo	Qualitativo	Total	
Diadema	17.927 (15,2%)	12.621 (10,7%)	30.548 (25,9%)	117.839 (100%)
Mauá*	14.557 (11,4%)	24.810 (19,5%)	39.367 (30,9%)	127.232 (100%)
Ribeirão Pires*	3.295 (9,7%)	6.003 (17,6%)	9.298 (27,3%)	34.100 (100%)
Rio Grande da Serra	1.791 (13,4%)	3.33 (25,0%)	5.124 (38,4%)	13.354 (100%)
Santo André	25.105 (11,6%)	21.196 (9,8%)	46.301 (21,4%)	217.355 (100%)
São Bernardo do Campo	31.445 (13,0%)	60.771 (25,0%)	92.216 (38,0%)	242.513 (100%)
São Caetano do Sul*	6,242 (12,2%)	980 (1,9%)	7,222 (14,1%)	51,229 (100%)
Região do Grande ABC	100.362 (12,5%)	129.714 (16,1%)	230.076 (28,6%)	803.622 (100%)

*Valores ajustados a partir da abordagem domiciliar. Fonte: Diagnóstico Habitacional Regional (UFABC/Consórcio).



SEGURANÇA URBANA





ABC INAUGURA CENTRO DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA URBANA



Inauguração do Centro Regional de Formação em Segurança Urbana – dezembro de 2015

O Consórcio inaugurou em 14 de dezembro de 2015 o Centro Regional de Formação em Segurança Urbana (CRFSU), iniciativa pioneira no país e uma das ações prioritárias do Programa Segurança Urbana do Plano Plurianual Regional. A instituição atenderá, aproximadamente, 2.600 guardas civis municipais da região por meio de cursos de ingresso na corporação, ascensão na carreira, reeducação, especialização e formação continuada. Está prevista também a formação integrada das equipes das Defesas Civis e de Trânsito das prefeituras.

A unidade, localizada em São Bernardo do Campo, onde funcionava o Centro de Formação da Secretaria de Segurança

Urbana daquele município, passou a ser mantida pelo Consórcio desde 2015. Para receber as novas turmas, as instalações do Centro Regional foram reformadas, com investimento de R\$ 269 mil. Os recursos disponíveis para a gestão do novo equipamento estão orçados em R\$ 1,5 milhão, anualmente.

O CRFSU tem capacidade de formação de até 200 alunos simultaneamente, ocupando quatro salas. A grade curricular abrangerá disciplinas como Administração Pública, Sistema Brasileiro de Segurança Pública, Direito Penal, Direitos Humanos, Segurança Escolar, Mediação de Conflitos e Armamento, entre outras. O escopo da formação foi projetado

por representantes do comando das GCMs com o objetivo de construir um projeto pedagógico humanizado e comum a todos os municípios.

Em abril de 2016, a primeira turma composta por 39 novos guardas civis do município de Diadema deu início aos treinamentos na unidade. O grupo passou por três meses de treinamento no Centro Regional. Em setembro, outro grupo formado por 25 novos guardas civis de São Caetano do Sul contou com alunos das cidades de Franco da Rocha e Itaquaquecetuba, o que mostra que o CRFSU vem se consolidando como referência para a formação em Segurança Pública também fora do território do ABC.

O Centro Regional também deu início à capacitação de guardas municipais para atuarem como docentes na unidade. O objetivo da formação é habilitar GCMs a ministrarem cursos de ingresso, qualificação e ascensão profissional. Além de Formação de Formadores (39 alunos), já foram realizados em 2016 os cursos de Formação Continuada (420 GCMs), Libras (10 alunos), Controle de Distúrbio Civil (40 GCMs), e Programação Neurolinguística (12 GCMs).



Centro Regional de Formação em Segurança Urbana do Consórcio Intermunicipal Grande ABC



Aula inaugural do CRFSU aos GCMs de Diadema



Reunião no Centro Regional de Formação em Segurança Urbana

PORTAIS DE MONITORAMENTO

Outra solução integrada defendida pelo Consórcio, que ganhou destaque ao longo desse período, estabelece a implantação de portais eletrônicos de monitoramento nas divisas das cidades da região com o intuito de reduzir os casos de furto e roubo de veículos e cargas. Os portais de videomonitoramento permitem a identificação de placas de carros, detectando veículos roubados e placas clonadas. O projeto foi encaminhado aos governos estadual e federal, com necessidade de recursos da ordem de R\$ 27 milhões. A proposta regional prevê 112 portais com instalação de aproximadamente 400 câmeras espalhadas pelas sete cidades. A demanda foi reiterada no Orçamento Estadual 2017, juntamente ao pedido de ampliação dos efetivos das polícias Civil e Militar na região.



DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO





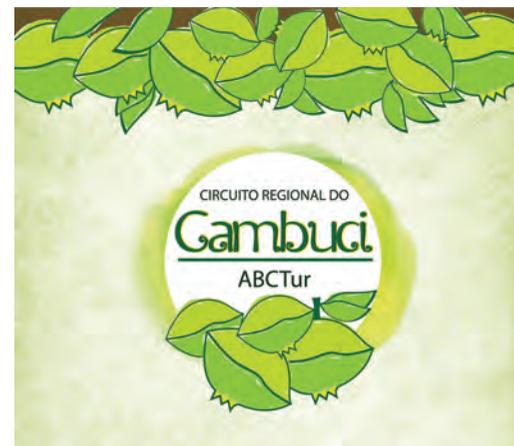
PARCERIAS PELO DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Congresso Brasileiro de Turismo Industrial

Braço operacional do Consórcio Intermunicipal para temas relacionados à economia regional, a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC foi fortalecida no último quadriênio e ancorou as principais parcerias da entidade para impulsionar os sistemas produtivos regionais, explorar o potencial econômico e turístico do ABC e gerar novas oportunidades.

Foi através desta parceria que a entidade deu andamento a projetos como os que envolvem o Polo Tecnológico do Grande ABC, o Turismo Industrial, a Educação Profissional e Tecnológica, bem como um estudo sobre o potencial da região no segmento da Indústria da Defesa.



Circuito Regional do Cambuci ABCTur

POLO TECNOLÓGICO

A implementação do Polo Tecnológico do Grande ABC foi um tema retomado pelo Grupo de Trabalho Desenvolvimento Econômico do Consórcio Intermunicipal e Agência GABC visando o fomento à inovação e a diversificação da atividade econômica. Além de figurar no Plano Plurianual Regional (PPA) Participativo, esta é também uma das principais demandas das sete cidades para o Orçamento Estadual 2017.

O Polo será estruturado a partir do Parque Tecnológico de Santo André, que em janeiro de 2016 teve credenciamento definitivo inserido no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec).

O GT Desenvolvimento Econômico debateu as diretrizes básicas para o Polo Tecnológico regional, objeto de um estudo contratado pela entidade junto à Fundação CERTI, especializada no tema. A partir disso, serão avaliadas as melhores formas para o desenvolvimento do projeto do Polo, do detalhamento das áreas que irão abrigar o empreendimento regional, bem como a captação de recursos para viabilizar todas as etapas do processo de sua implantação.

INDÚSTRIA DA DEFESA

Um levantamento do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, realizado em parceria com a Agência de Desenvolvimento Econômico e o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, identificou 199 empresas da região com potencial para atuar na indústria de defesa e outras 28 que já fornecem para esse segmento.

A pesquisa foi encomendada para mostrar o potencial do ABC diante do anúncio, em dezembro de 2013, da aquisição de 36 caças Gripen NG (New Generation), pela Força Aérea Brasileira, junto à sueca Saab. O estudo, enviado ao Ministério da Defesa, destaca ainda que outros setores produtivos podem se beneficiar do transbordamento tecnológico desse programa estratégico para o país.



Assembleia de Prefeitos com presidente do BNDES, Luciano Coutinho



Parceria entre Consórcio e Agência GABC resultou em guia com cursos ofertados na região



TURISMO

A regionalização do projeto do turismo industrial do Consórcio Intermunicipal Grande ABC avançou mais um passo em 2016. Desenvolvido com sucesso em São Bernardo do Campo desde 2013, com a participação de 12 empresas parceiras, entre elas Masipack, Volkswagen e Wheaton Brasil, o projeto chegou a Santo André com a adesão da Cervejaria Balmann. O anúncio foi feito durante o Congresso Brasileiro de Turismo Industrial, que reuniu cerca de 500 pessoas para debater o setor que caracteriza o pioneirismo da região.

Outro destaque nas ações para o fortalecimento do turismo na região foi a realização do 1º Circuito Regional do Cambuci ABCTur, de abril a junho de 2016, unindo festivais já realizados por municípios da região, tendo em comum a valorização do fruto como produto turístico da cultura gastronômica local, capaz de alavancar a geração de renda entre os moradores.

Entre setembro e outubro, o Festival ABC da Gastronomia incentivou a criatividade e o consumo em bares, restaurantes e outros estabelecimentos da região.



Congresso Brasileiro de Turismo Industrial incluiu visitas monitoradas

GUIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Durante o Seminário Regional “Educação e Trabalho: uma articulação possível”, em março 2016, foi lançado o Guia da Educação Profissional e Tecnológica do Grande ABC. A iniciativa do Consórcio Intermunicipal Grande ABC e da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC levantou a oferta de cursos profissionalizantes pelo poder público e instituições privadas, distribuídos por cada um dos sete municípios. Mais de mil cursos, em três diferentes níveis de educação profissional, estão listados no Guia.

A realização do Seminário Regional e o lançamento do Guia da Educação Profissional e Tecnológica fazem parte da construção do Plano Regional de Qualificação Profissional, integrando diretrizes da Educação Profissional para as sete cidades.

ABC da
Gastronomia



ABC da Gastronomia



SAÚDE



Á NO
BATE À
NGUE
abore.

Elimine possíveis
criadouros
de mosquitos!

Mais forte,
sempre presente



GOV. RJ



ATUAÇÃO REGIONAL NO CONTROLE DA DENGUE E H1N1

O monitoramento e as ações conjuntas de combate à gripe *Influenza A* (causada pelo vírus H1N1) e ao *Aedes aegypti*, transmissor da dengue, *zika vírus* e febre *chikungunya*, mostrou resultados positivos no ABC. No final de setembro de 2015, o Grupo de Trabalho Saúde do Consórcio deu início às atividades regionais de mobilização para o combate ao mosquito na primeira ação regional articulada. Em dezembro do mesmo ano, o Consórcio lançou a Campanha Regional de Combate ao Mosquito da Dengue, integrando as sete cidades.

A campanha, com o slogan “Combater os focos da dengue está em suas mãos”, contou com ampla divulgação para conscientizar a população, incluindo desde grafites em outdoors, até inserções na mídia impressa, rádios e redes sociais.

O planejamento regional priorizou ações de rua nas áreas de divisas das cidades com o propósito de combater os criadouros do mosquito, além de visitas a residências e empresas para orientações sobre a prevenção. A campanha prosseguiu até julho de 2016, cobrindo o período crítico de registro de casos das doenças transmitidas pelo mosquito. Foram realizados três mutirões na região, paralelamente às mobilizações municipais, com destaque para os trabalhos conjuntos da área da Saúde com outros setores do poder público, entre eles Educação, Defesa Civil e Segurança Urbana. Essa experiência se mostrou um avanço em relação a outras regiões do estado e do país.

Para enfrentar a situação com embasamento técnico e acompanhamento integrado, o GT Saúde criou uma Sala de Situação Regional para o Combate ao Mosquito da Dengue, com reuniões semanais no período crítico e mensais posteriormente. O grupo assumiu a responsabilidade por elaborar também o plano de contingência regional de 2017. Com o crescimento dos casos de gripe *Influenza A* no ABC, a Sala de Situação teve o seu escopo de atuação ampliado, passando a abranger boletins regionais para atualização de dados de H1N1 e conscientização por meio de peças publicitárias, com reedição das campanhas já prevista para 2017.

Mutirão regional envolve mais de 500 agentes de Saúde em ações contra o mosquito da dengue em Mauá



Sala de Situação - Campanha Regional de Combate ao Mosquito da Dengue



Sala de situação regional reuniu técnicos para acompanhamento das ações



1ª Ação Regional contra o Aedes no ABC



Até julho de 2016 foram realizados três mutirões regionais nas divisas

A estratégia integrada de combate ao *Aedes aegypti* e vírus H1N1, com intensificação das ações municipais e iniciativas conjuntas organizadas pelo Consórcio contribuiu para a redução dos casos das doenças. Os últimos balanços das equipes técnicas apontavam uma redução dos casos suspeitos de dengue próxima de 70% em relação ao ano anterior. Já em relação à gripe *Influenza A*, o trabalho regional influenciou também os resultados das campanhas de vacinação no ABC. As sete cidades ultrapassaram o índice de 96% da cobertura vacinal entre a população mais vulnerável, superando a meta estabelecida pelo Ministério da Saúde para imunização da população.



Campanha H1N1 - Prevenir ainda é o melhor remédio



1ª Ação Regional 2016 "ABC Contra o Aedes"



Campanha Regional de Combate ao Mosquito da Dengue

ARTICULAÇÃO PELA SAÚDE

O Consórcio vem fortalecendo o Sistema Regional de Saúde com ações integradas e articulações com o governo federal e o Governo do Estado por recursos destinados às ações prioritárias do PPA Regional Participativo do Grande ABC 2014 – 2017, no qual estão elencados os programas e ações regionais prioritárias para o quadriênio.

Com essa meta, apresentou demandas regionais ao Orçamento Estadual 2017 com 15 propostas referentes à Saúde. Na peça encaminhada à Assembleia Legislativa, as reivindicações com valores definidos ultrapassam a cifra de R\$ 240 milhões.

Algumas delas envolvem a participação do governo estadual no cofinanciamento do custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em funcionamento na região, avaliado em R\$ 23 milhões, e a revitalização e modernização dos equipamentos e estruturas do Estado, como o Hospital Serraria (R\$ 23 milhões).

Compromissos já previstos também foram lembrados. Dos investimentos estaduais destinados à área da Saúde

já pactuados pelo Estado estão recursos para o Centro de Referência ao Idoso - CRI (R\$ 5 milhões), novos recursos para a conclusão do Hospital de Ribeirão Pires (R\$ 7,8 milhões), bem como a entrega de duas unidades da Rede Lucy Montoro destinadas à reabilitação física e fornecimento de órteses e próteses, uma em Santo André e outra em Diadema.

Outra demanda regional já pactuada com as duas esferas governamentais refere-se à implantação de um Hospital Regional de Retaguarda (R\$ 90 milhões), com até 250 leitos destinados a pacientes crônicos, que seria localizado em São Caetano do Sul.

A agenda prioritária para a saúde na região que vem sendo cobrada pelo Consórcio ao Governo do Estado, desde 2011, inclui ainda a distribuição descentralizada de medicamentos de alto custo, que hoje está concentrada no Hospital Mário Covas, em Santo André. A proposta é de ampliar os pontos de distribuição aos AMEs de Santo André e Mauá, o que beneficiaria mais de 36 mil pacientes residentes na região que hoje precisam retirar medicamentos de alto custo e para doenças crônicas em um único local.



EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER





PLANO REGIONAL DE EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO CULTURAL DO ABC SÃO LEGADOS PARA O QUADRIÊNIO



Consórcio realiza Conferência Regional de Educação em 2015. Júlio Bastos/PMSA

O Planejamento Plurianual do Consórcio, construído de forma participativa, indicou que a Educação terá ações integradas com Cultura, Esporte e Lazer em espaços multiuso, além de articular escolaridade e profissionalização envolvendo o ensino técnico. Uma das ações prioritárias do PPA Regional 2014-2017 realizada com sucesso foi a entrega, em 2016, do Plano Regional de Educação (PRE). O plano representa os esforços dos sete municípios em melhorar a gestão da educação regional, contendo as diretrizes, metas e desafios para os próximos dez anos.

O PRE foi consolidado durante a Conferência Regional de Educação, em 2015, organizada pelo Grupo de Trabalho Educação do Consórcio, que teve o objetivo compartilhar experiências municipais que pudessem ser implementados em escala regional. A elaboração do plano contou com a participação de 400 delegados de ensino da região.

No documento produzido a partir da conferência estão estratégias e desafios para os próximos dez anos, seguindo as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE). A região foi uma das primeiras a tomar a iniciativa de adaptar os Planos Municipais de Educação a um modelo que atendesse às necessidades da região como um todo. Com isso, o ABC é a única região do país a possuir hoje um planejamento do gênero. Muitas das novas diretrizes e metodologias sugeridas pelo PNE, anunciado em 2014 pelo Ministério da Educação, foram antecipadas ainda em 2013 pelos sete municípios.

Constam no PRE pontos referentes à garantia da aplicação dos recursos públicos na manutenção e desenvolvimento da educação em todos os níveis e modalidades de ensino; garantia da valorização dos profissionais da educação; garantia dos princípios que dizem respeito aos direitos humanos, aos direitos da pessoa com deficiência, à

pluralidade religiosa, social, étnico-racial, equidade de gênero, diversidade sexual e à sustentabilidade socioambiental; garantia da participação da comunidade escolar, respeitando e valorizando seu contexto cultural.

Outra diretriz presente no PRE é a realização de eventos para debater a educação inclusiva. Em 2016, o Consórcio realizou dois seminários voltados a esta temática. O “I Seminário de Educação Inclusiva da Região ABCDMRR: Articulações e Desafios”, discutiu formas de transformar as escolas públicas brasileiras em espaços inclusivos e de qualidade, que valorizem as diferenças socioculturais. Já o II Seminário, que debateu “Princípios, Diretrizes e Desafios”, foi direcionado à formação de estudantes de pedagogia e mestrado em Educação e contribuiu para o cumprimento das estratégias previstas no PRE no que se refere à formação e valorização dos profissionais da área.

Durante o 1º Seminário foi anunciada a criação do Grupo Temático de Educação Inclusiva do Consórcio, que tem entre as suas atribuições discutir ações para a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Eixos do Plano Regional de Educação

I – Financiamento e monitoramento

II – Valorização dos profissionais da Educação

III – Qualidade social da Educação

IV – Participação popular e gestão democrática

V – Formação dos profissionais da Educação



Reunião do Grupo Temático Educação Inclusiva



INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Para embasar as discussões da Conferência Regional e produzir o Plano Regional de Educação (PRE), o Consórcio produziu, em parceria com a Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS), um estudo preliminar para identificar o cenário regional da educação.

Com o levantamento de dados da educação em cada município, o Grupo de Trabalho Educação do Consórcio pode identificar o cenário regional. O estudo resultou em diagnóstico com indicadores em todos os níveis de formação. Dos dados observados, o déficit de vagas em creches e a universalização do atendimento escolar entre 15 e 17 anos apareceram entre os desafios da região para os próximos anos. O material coletado subsidiou, ainda, a elaboração dos Planos de Educação Municipais. Esse mesmo estudo apontou a necessidade de uma ampliação da oferta de educação no Ensino Médio. Os dados sustentam as demandas por maior investimento do Estado para que as cidades consigam oferecer atendimento escolar a 100% da população de 15 a 17, e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% até 2020.



Mauá recebeu o 12º Congresso de História do Grande ABC em 2013



Ribeirão Pires recebeu o 13º Congresso de História do Grande ABC



Consórcio participa de Seminário de Educação Inclusiva da Região. Divulgação USCS

CONGRESSOS DE HISTÓRIA

Na Cultura, o Consórcio manteve a centralização do apoio à realização dos Congressos de História do Grande ABC. Já são treze edições realizadas desde 1990. Dentro do período do atual colegiado de prefeitos, foram realizados os 12º Congresso de História, em Mauá, e o 13º em Ribeirão Pires. Esse último recebeu mais de 600 pessoas ao longo do evento. Um dos diferenciais foi a criação de um site dedicado exclusivamente à iniciativa com acesso em outras plataformas eletrônicas, que atenderá a todas as futuras edições. O próximo congresso já está sendo organizado e acontecerá na cidade de Rio Grande da Serra, em 2017.

Sob o mesmo escopo do Grupo de Trabalho Cultura do Consórcio, o Grupo Temático História e Memória tem realizado encontros e fóruns para a discussão da preservação e valorização do patrimônio cultural e histórico do ABC. Um dos exemplos foi a realização, em 2015, do "I Fórum Memória e Patrimônio Cultural do Grande ABC", que contou com participação representativa dos moradores da região e fortaleceu o debate em torno do papel da sociedade na preservação da memória e do patrimônio regional.



VALORIZANDO A CIDADANIA E COMBATENDO A VIOLÊNCIA

O Consórcio Intermunicipal Grande ABC investe em Políticas Sociais e Afirmativas com o objetivo de ampliar as políticas universais em territórios de maiores desigualdades, integrando as políticas públicas, valorizando a cidadania e autonomia dos indivíduos e combatendo todas as formas de discriminação. Entre os principais projetos estão o Programa Casa Abrigo Regional, cursos de formação regional voltados a diversas áreas, além de cartilhas regionais para orientação da população vítimas de discriminação, preconceito e todos os tipos de violência, elaborados pelas equipes técnicas dos sete municípios que integram Grupos de Trabalho da entidade.



Formação de Direitos Humanos

CONSOLIDANDO A CASA ABRIGO REGIONAL

O Programa Casa Abrigo Regional, criado em 2003 e mantido pelo Consórcio Intermunicipal Grande ABC, tem como objetivo proteger e promover a reintegração à vida social e econômica de mulheres em situação de violência doméstica com risco de morte, eventualmente acompanhadas de seus filhos menores de 18 anos. A iniciativa envolve suportes relacionados ao atendimento psicológico, médico, jurídico, educacional e terapia ocupacional, incentivando a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho, além de promover atividades culturais para as moradoras das casas.

O projeto conta com duas unidades na região, com capacidade para atender 40 pessoas simultaneamente, tendo endereços mantidos sob sigilo. A segunda casa foi fruto de ampliação do programa em 2006. Juntas, as duas casas já abrigaram 1.895 pessoas desde sua criação, incluindo mulheres e crianças.

As Casas Abrigo são administradas por uma organização sem fins econômicos, selecionada pelo Consórcio por meio de licitação. A fiscalização é feita pelo Conselho Gestor do Programa Casa Abrigo Regional, formado por representantes dos sete municípios.

As mulheres são inseridas no programa de abrigamento por meio dos Centros de Referência de Atendimento Especializado a Mulheres em Situação de Violência ou pelos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS), nos municípios que não possuem esse serviço. As Casas funcionam de acordo com as Normas Técnicas do Sistema Único de Assistência Social e Lei Maria da Penha (Lei Federal 11.340/2006).



PREMIAÇÕES

A Casa Abrigo Regional é hoje um programa consolidado e premiado. Em dezembro de 2011, foi um dos cinco Destaques do III Prêmio Chopin Tavares de Lima, de Novas Práticas Municipais, realizado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (Cepam), do Governo do Estado, concorrendo com 204 iniciativas do estado de São Paulo, em função da possibilidade de replicá-lo em outros municípios e por sua capacidade de articulação e otimização de recursos.

Em 2015, o programa Casa Abrigo recebeu a Medalha Ruth Cardoso, que homenageia entidades em destaque na

luta pelos direitos da mulher. Nessa edição, o Consórcio Intermunicipal Grande ABC concorreu entre as 140 indicações feitas ao Conselho Estadual da Condição Feminina, órgão ligado à Secretaria Estadual da Justiça e Defesa da Cidadania.

A proposta mantida pelo Consórcio vem se consagrando também como modelo internacional. Assim como prefeituras e consórcios de outras regiões, representantes de diferentes países têm procurado o Conselho Gestor das casas para conhecer o Programa, visando implantar iniciativas semelhantes.

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

O período 2013/2016 fortaleceu também o papel do Consórcio Intermunicipal na formação de gestores em políticas públicas regionais, com ênfase nas políticas sociais e afirmativas, cumprindo uma missão estatutária da entidade. Nesse sentido, com o propósito de consolidar o Grande ABC como região engajada nas políticas de gênero e no combate à violência contra a mulher, o Grupo de Trabalho Gênero foi pioneiro na criação de um curso para capacitar servidores das sete cidades.

Em 2015, o Consórcio forma a primeira turma do curso denominado “Gênero e Masculinidades”, composta por 32 homens com atuação no serviço público dos municípios, visando disseminar a “cultura do respeito” no ABC. A partir da iniciativa, foi criado o Grupo Temático Gênero e Masculinidades, reforçando o enfrentamento à violência doméstica. O curso formou, em 2016, sua segunda turma, composta por 30 homens moradores do ABC e trabalhadores do serviço público municipal das cidades da região.

A temática dos Direitos Humanos também foi tema de formação regional com conteúdo voltado para as áreas de Segurança, Educação, Saúde, Assistência Social e Jurídica. Organizado pelo GT Direitos Humanos do Consórcio, o curso iniciado em 2016, tem como objetivo estimular e capacitar os servidores no melhor atendimento à população.



“Ônibus da Mulher” percorre o ABC

Também o GT Direitos Humanos, por meio do Grupo Temático Pessoa Idosa, deu início em 2016 à Formação Regional Gerontológica, visando capacitar servidores públicos dos municípios para o atendimento à população idosa em seu cotidiano na região. O curso envolveu funcionários das áreas de saúde, assistência social, segurança, cultura, esporte e lazer. Da mesma forma, o Consórcio organizou atividades de capacitação para servidores públicos envolvidos no atendimento à juventude e para conselheiros tutelares do Grande ABC.



Formatura do 2º Curso de Gênero e Masculinidades

CARTILHAS REGIONAIS

Em 2014, o Consórcio lançou a Cartilha Regional de Serviços do Grande ABC “Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”. Organizada pelo Grupo de Trabalho Gênero, a Cartilha reúne conteúdo de orientação sobre a violência contra a mulher, além de endereços dos serviços existentes em cada município para o atendimento e apoio às mulheres que vivem diferentes formas de violência doméstica e de gênero na região. Em sintonia com o lançamento, no mesmo período, o Ônibus da Mulher percorreu periferias e áreas de mananciais da região com o objetivo de acolher e orientar mulheres em situação de violência. As atividades realizadas pelas equipes multidisciplinares das prefeituras

atenderam cerca de 2.600 mulheres da região ao longo de duas semanas.

Com proposta de orientação semelhante, o GT Igualdade Racial deu início, em 2015, ao desenvolvimento da Cartilha Regional de Enfrentamento ao Racismo. Para a elaboração desse material, o grupo organizou seis encontros de debates sobre o enfrentamento do preconceito e das desigualdades raciais ao longo do mesmo ano. A sua elaboração, em fase de conclusão, é uma das ações prioritárias contidas no Plano Plurianual (PPA) Regional Participativo 2014-2017 do Consórcio.

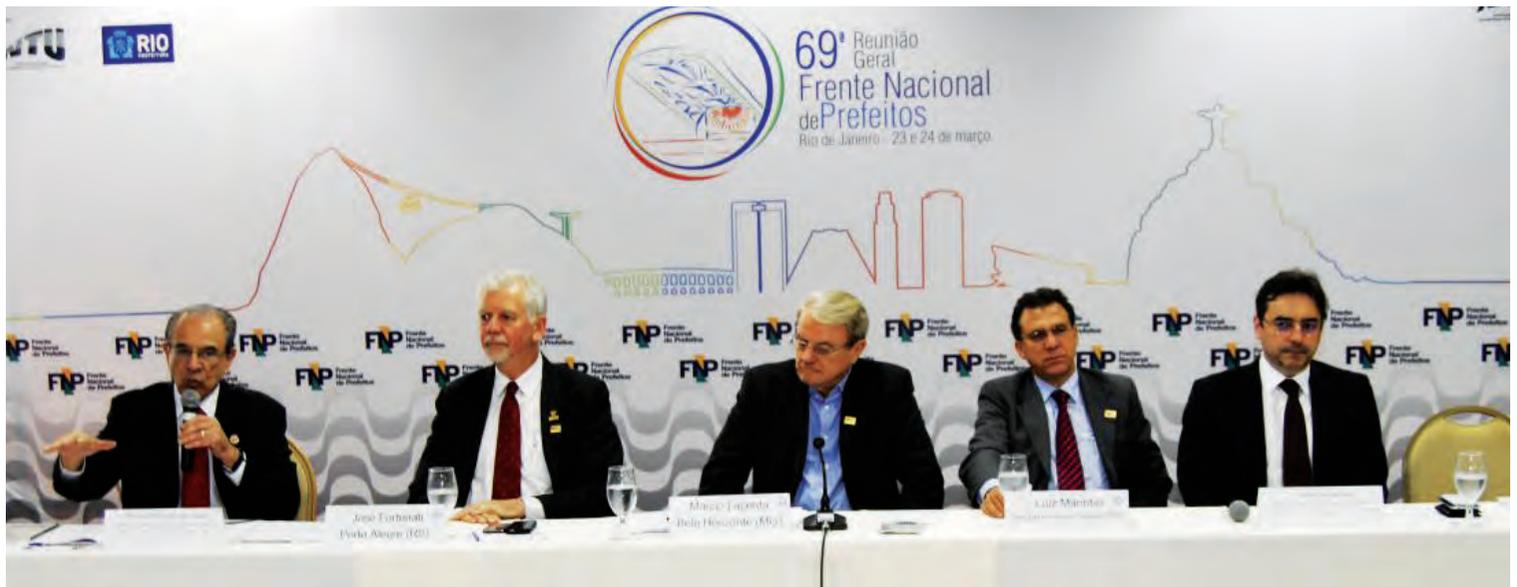


GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL





CONSÓRCIO FORTALECIDO



69ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos oficializou adesão do Consórcio à entidade. André Melo e Nina Lima/FNP

O quadriênio 2013/16 foi marcado e orientado também pela busca da consolidação da entidade como consórcio público, tendo em vista que a transição para o novo estatuto jurídico se deu há pouco mais de seis anos. Nesse sentido, a gestão do Consórcio procurou reforçar seu papel político de articulação interfederativa unificada, já tradicional na entidade, em todas as ações que se referem ao diálogo com os governos estadual e federal.

Merecem destaque as iniciativas da elaboração e implementação do PPA regional, a captação de recursos do PAC Mobilidade e a remoção de moradias em áreas de risco iminente, pactuados com o governo federal nos dois primeiros casos e com o governo estadual no terceiro exemplo. Para além dessa articulação federativa, com a maturidade adquirida no período e avançando para o protagonismo na arena política

metropolitana, o Consórcio investiu no fortalecimento do corpo técnico, administrativo e jurídico da entidade para a coordenação e supervisão dos estudos e dos planos regionais capazes de apoiar a captação de recursos para investimentos de alto impacto visando ao desenvolvimento regional.

O desenho de um novo modelo de gestão ganhou ênfase com a adesão da entidade ao Sistema Nacional de Planejamento, que estabeleceu vínculos com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e resultou no primeiro Plano Plurianual regional do país. No mesmo período, em 2013, o Plano Regional de Mobilidade abria caminhos para a captação de recursos coordenada pelo Consórcio no âmbito do PAC, com o início das obras em Rio Grande da Serra e a destinação de recursos do Orçamento Geral da União para a elaboração de novos projetos pela própria entidade.

UM NOVO PATAMAR PARA O RATEIO DE RECURSOS

O orçamento anual do Consórcio praticamente quadruplicou no período 2013-2016, passando de R\$ 6,5 milhões em 2013, para R\$ 27,4 milhões em 2016. O aumento dos contratos de rateio entre os municípios consorciados foi proposto pelo presidente Luiz Marinho em 2013 e aprovado pela Assembleia de Prefeitos, elevando a base de cálculo dos repasses anuais do patamar de 0,11% da receita corrente líquida em 2013, para 0,30% em 2014, e 0,50% da receita corrente própria de cada município no biênio 2015/16, visando capacitar

também financeiramente a entidade para a execução do PPA Regional. No período, o Consórcio também tomou a iniciativa de encaminhar um pleito unificado de financiamento ao BNDES, visando à implantação de um centro compartilhado de tecnologia da informação, mas a proposta não foi aprovada pela ausência de previsão legal. De todo modo, a questão do financiamento de consórcios públicos foi debatida, e certamente esse tema deverá voltar à pauta institucional no próximo quadriênio.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Campanhas Regionais foram intensificadas em todos os municípios. As iniciativas foram promovidas pelo Consórcio a partir de discussões e diretrizes apontadas pelos Grupos de Trabalho. Entre as campanhas destacadas e que já possuem previsão de continuidade está a Travessia Segura, para conscientização de pedestres e motoristas no trânsito. A campanha teve início em 2011 e desde 2015 conta com ações de maior impacto e visibilidade junto à população, com ênfase nas escolas e entorno.

Também com ampla divulgação, a Campanha Regional de Combate ao Mosquito da Dengue mobilizou os municípios e a população para prevenção contra os focos do *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e outras doenças. O sucesso dessas iniciativas abriu caminho para a realização de novas campanhas regionais no ABC, como a de prevenção ao vírus da gripe Influenza A (H1N1). Entre os temas que deverão ser objetos de campanhas regionais futuras estão a educação ambiental e a redução de riscos urbanos e ambientais.

CONCURSO E CONSELHO



Oficina regional do Plano Diretor Metropolitano (PDUI)

Em 2015, o Consórcio obteve junto às sete Câmaras Municipais a aprovação de reforma administrativa para ampliar o seu quadro de funcionários para até 56 profissionais. No mesmo ano, foi realizado concurso público para a contratação de 14 novos funcionários, visando aumentar a capacidade técnica da instituição para a gestão das políticas públicas de âmbito regional. Também os investimentos na implantação de um novo modelo interno de gestão e na infraestrutura de tecnologia da informação merecem ser ressaltados ao longo do período 2013/16.

Ao mesmo tempo, o Consórcio renovou o Conselho Consultivo composto por representantes de entidades civis com sede ou representação nos municípios consorciados. Entre as atribuições desse grupo estão propor planos e programas inerentes aos campos de atuação do Consórcio, sugerir melhorias e recomendar a elaboração de estudos sobre as atividades desenvolvidas pela entidade regional.



AVANÇOS DA ARTICULAÇÃO REGIONAL



Reunião do Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo

Entre as grandes conquistas institucionais do Consórcio no período está a entrega do primeiro Centro Regional de Formação em Segurança Urbana (CRFSU) do país, em 2015, que concretiza um relevante investimento na capacitação de servidores, outra missão institucional da entidade. A pactuação junto ao Governo do Estado para o cofinanciamento de auxílio moradia às famílias removidas de áreas de risco extremo é outra amostra dos resultados da articulação do Consórcio em favor dos interesses da população do ABC. Partiu da entidade a iniciativa de realizar o mapeamento das áreas críticas, que apontou um total de 630 habitações sob risco iminente, bem como a proposição da iniciativa ao governo estadual.

Na mesma direção do fortalecimento institucional, em 2016 o Consórcio filiou-se à Frente Nacional de Prefeitos (FNP), entidade nacional de defesa dos interesses dos municípios. Com a reformulação do estatuto da FNP, os consórcios públicos passaram a ter o direito de aderir à entidade com o objetivo de garantir a consolidação dos novos entes públicos e também o avanço das políticas públicas de caráter regional e metropolitano. O Consórcio Intermunicipal Grande ABC foi um dos cinco primeiros consórcios de prefeituras a se filiar, o que deverá fortalecer o relacionamento com os principais órgãos financiadores de políticas públicas no país.

A entidade regional tem também compartilhado suas

experiências com outros consórcios públicos, sendo referência para os membros do Observatório dos Consórcios Públicos e do Federalismo, que atua como centro de apoio a essas instituições e ao aperfeiçoamento do federalismo brasileiro. O Consórcio tem recebido também uma série de delegações estrangeiras que buscam estudar instrumentos públicos para o desenvolvimento regional. Com seu escopo ampliado, a entidade deu também início à agenda bilateral junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), importante fonte de financiamento multilateral para a América Latina e o Caribe.

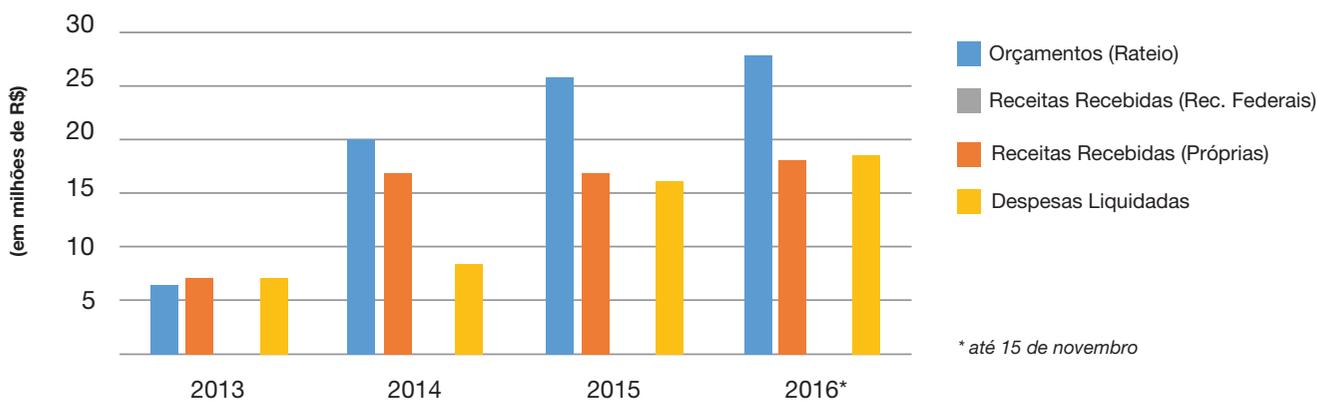
Com equipe técnica estruturada e integrada às equipes municipais, o Consórcio avançou para além da construção de uma visão regional, na perspectiva das estruturas de governança metropolitana. De modo articulado com a presença do presidente Luiz Marinho também como presidente do Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, o Consórcio se posicionou na linha de frente da construção do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDU) da Região Metropolitana de São Paulo. Nesse campo de discussão, o Consórcio ganhou protagonismo trabalhando ao lado de outros consórcios da Grande São Paulo e da prefeitura de São Paulo para a construção de um projeto metropolitano que reconheça as diferentes identidades das diferentes sub-regiões, a exemplo do Grande ABC, e que tenha uma estrutura de governança efetivamente compartilhada.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2013-2016/ORÇAMENTO 2017

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2013-2016

	2013	2014	2015	2016*	Total Quadriênio
Orçamento (Rateio)	6.383.307,87	19.703.694,00	25.296.499,15	27.460.608,68	118.152.193,52
Receitas Recebidas (Próprias)	7.058.526,95	16.672.031,67	16.503.752,33	17.792.739,52	61.708.230,30
Receitas Recebidas (Rec. Federais)	-	-	-	3.681.179,83	3.681.179,83
Despesas Liquidadas	6.996.063,29	8.319.061,98	15.843.057,81	18.205.399,90	49.363.582,98

*Até 15 de novembro





ORÇAMENTO 2017 - PROGRAMAS

P1	Mobilidade Urbana	5.947.297,00
P2	Drenagem Urbana	1.940.000,00
P3	Modernização da Gestão dos Resíduos Sólidos	1.622.000,00
P4	Redução de Riscos Urbanos e Ambientais	1.420.000,00
P5	Política Urbana e Habitacional Regional	345.768,00
P6	Segurança Urbana	1.500.000,00
P7	Desenvolvimento Territorial Integrado	1.533.900,00
P8	Fortalecer o Sistema Regional de Saúde	3.278.000,00
P9	Educar para a Criatividade e Inovação	640.000,00
P10	ABC Solidário e Afirmativo	1.546.000,00
P11	Gestão e Desenvolvimento Institucional	10.897.448,24
		30.670.413,24

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC – 2016

Assembleia Geral de Prefeitos

Luiz Marinho

Presidente

Prefeito de São Bernardo do Campo

Lauro Michels

Vice-presidente

Prefeito de Diadema

Carlos Grana

Prefeito de Santo André

Paulo Pinheiro

Prefeito de São Caetano do Sul

Donisete Braga

Prefeito de Mauá

Saulo Benevides

Prefeito de Ribeirão Pires

Luis Gabriel Fernandes da Silveira

Prefeito de Rio Grande da Serra

Vice-prefeitos (as)

Frank Aguiar (São Bernardo do Campo)

Silvana Guarnieri (Diadema)

Oswana Fameli (Santo André)

Lucia Dal'Mas (São Caetano do Sul)

Leonice Moura (Ribeirão Pires)

Marilza Silva (Rio Grande da Serra)

Assessores Regionais

Alberto Alves de Souza (Santo André), Gilmar Mangueira da Silva, Raimundo Silva (São Bernardo do Campo), Vitor Rogério (São Caetano do Sul), Francisco Rocha (Diadema), Ruzibel Sena de Carvalho (Mauá), Ailton Gomes da Silva, (Ribeirão Pires) e Sérgio Matias do Prado (Rio Grande da Serra).

Conselho Consultivo 2016-2018

Titulares: Fabio Botelho Josgrilberg (Universidade Metodista), Aroaldo Oliveira da Silva (Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), Evenson Robles Dotto (ACISA), Edson Carvalho (APRISCO), Joana Darc Pereira (Cooperativa

Central de Catadores de Materiais Recicláveis do Grande ABC), Marcelo Pedro Monteiro (OAB – Subseção de SBC).

Suplentes: Jeroen Klink (Universidade Federal do ABC), Raimundo Souza Suzart Lima (Sindicato dos Químicos do ABC), Donizete Duarte da Silva (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo), Luiz Alberto Abarca Ferrarezi (União dos Escoteiros do Brasil), Luiz Augusto Moretti (Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC) e Ronaldo Querodia Pepe (Instituto Acqua).

Conselho Gestor do Programa Casa Abrigo Regional

Presidenta: Tereza Martins Godinho (São Bernardo do Campo)

Elaine dos Santos (Santo André), Regina Hanemann (Santo André), Maria de Lourdes Ventura de Oliveira (São Bernardo do Campo), Maria Aparecida da Silva (São Caetano do Sul), Patrícia Vitêri Barros (São Caetano do Sul), Luciene Rosa Santana Souza (Diadema), Zuleika Maria da Silva (Diadema), Maria Socorro Pereira Miranda (Mauá), Elisangela B.C. Nascimento (Mauá), Margareth Ohmori (Ribeirão Pires), Maria Luiza Chaveiro da Silva (Rio Grande da Serra) e Karen Martins (Rio Grande da Serra).

Centro Regional de Formação em Segurança Urbana

Diretoria Geral: Subinspetor Everton Marcello Campos Barros de Vasconcelos - GCM (São Bernardo do Campo); Diretoria Administrativa: Subcomandante Cícero dos Santos Oliveira - GCM (Mauá); Diretoria de Cursos, Programas e Projetos: GCM 2ª Classe Patrícia Cândido - GCM (São Caetano do Sul); Diretoria Logística: GCM 3ª Classe Dennis Godoy Moreira - GCM (Santo André); Assessoria de Comunicação: GCM 3ª Classe Ricardo Quiles Napoleão – GCM (São Caetano do Sul).

Comitês de Programas – 2016

Mobilidade Urbana:

Coordenadora: Andrea Alves Azevedo Brisida (São Bernardo do Campo)

Membros: Ricardo da Silva Kondratovich (Santo André), Teresa Cristina Francisco dos Reis (Santo André), Oscar José Gameiro Silveira Campos (São Bernardo do Campo), Marcelo Ferreira de Souza (São Caetano do Sul), Moacir Guirão Junior (São Caetano do Sul), José Carlos Gonçalves (Diadema), Antônio Pires Lopez (Diadema), Azor de Albuquerque Silva (Mauá), Marcelo Saranti (Mauá), Edson Vargas Antonelli (Ribeirão Pires), Silmara Mathias Soares (Ribeirão Pires), Melissa Zimpeck Duaik (Rio Grande da Serra) e Valdir Jardim dos Santos (Rio Grande da Serra).

Drenagem Urbana:

Coordenador: Flávio Souto Casarini Júnior (São Bernardo do Campo)

Membros: Sebastião Vaz Júnior (Santo André), Aldo Gomes da Costa Filho (Santo André), Brasil Rodrigues dos Santos (São Bernardo do Campo), Osmar Silva Filho (São Caetano do Sul), Maria Vitória Garcia Molina de Lucena (São Caetano do Sul), Heitor Piccinini Filho (Diadema), Paulo Sérgio Tasso (Diadema), Luiz Carlos Theóphilo (Mauá), Francisco Esmeraldo Felipe Carneiro (Mauá), Crispim dos Reis Santana (Ribeirão Pires), Cesar Antônio Vasconcelos Lombardi (Ribeirão Pires), Melissa Zimpeck Duaik (Rio Grande da Serra) e Valdir Jardim dos Santos (Rio Grande da Serra).

Resíduos Sólidos:

Coordenador: Sebastião Ney Vaz Júnior (Santo André)

Membros: Afonso Luis da Silva (Santo André), Sandra Rodrigues Gaspar (São Bernardo do Campo), Osmar Silva Filho (São Caetano do Sul), Karen Mazuchi Scolástico (São Caetano do



Sul), Celso Araújo de Assis (Diadema), Alexandre Araújo (Diadema), José Rogério Moreira Santana (Mauá), Eleni de Cássia Rubinelli (Mauá), Gerson dos Santos Goulart (Ribeirão Pires), Karin Kelly da Silva (Ribeirão Pires) e Juliana Rodrigues Ferreira (Rio Grande da Serra).

Riscos Urbanos e Ambientais:

Coordenadora: Débora Cristina Santos Diogo (Santo André)

Membros: Sebastião Vaz Júnior (Santo André), Luiz Antônio Neves Costa (São Bernardo do Campo), Marina Fukumoto (São Bernardo do Campo), Carlos Eduardo Barbi (São Caetano do Sul), Horácio Almeida Pires (São Caetano do Sul), Valmir José Mariano (Diadema), Francisco Emílio Peres Schulze (Diadema), Eleni de Cássia Rodrigues Rubinelli (Mauá), Francisco Esmeraldo Felipe Carneiro (Mauá), Dulcimara C. Alves de Lima (Ribeirão Pires), Roberto da Silva (Ribeirão Pires), Samara Estanqueiro (Rio Grande da Serra) e Lucas Zacarias (Rio Grande da Serra).

Habitação:

Coordenadora: Tássia de Menezes Regino (São Bernardo do Campo)

Membros: Paulo Piagentini (Santo André), Denise Lenhari Zirondi (Santo André), Cláudia Virginia Cabral de Souza (São Bernardo do Campo), Enio Moro Junior (São Caetano do Sul), Vladimir Cândido Guirado (São Caetano do Sul), Valmir José Mariano (Diadema), Paulo Henrique Barbosa da Silva (Diadema), Marcos dos Santos Panini (Mauá), Marcos Fonseca da Silva (Ribeirão Pires), Rodrigo dos Santos (Ribeirão Pires), Melissa Zimpeck Duaik (Rio Grande da Serra) e Valdir Jardim dos Santos (Rio Grande da Serra).

Segurança Urbana:

Coordenador: José Luis Martins Navarro (Santo André)

Membros: José Armando Alencar (Santo André),

Cícero Ribeiro Silva (São Bernardo do Campo), Marco Antônio Alvares Barreiras (São Caetano do Sul), João Sidnei de Almeida (São Caetano do Sul), Valdinar Siliro da Hora (Diadema), João Abner Nossa (Diadema), Carlos Wilson Tomaz (Mauá), João Carlos Conígero (Mauá), Aurélia Cristina Coelho Ataíde (Ribeirão Pires), Regina Maria Bertoldo (Ribeirão Pires), Cesar Eduardo Leite Theodoro (Rio Grande da Serra) e José Luiz da Silva (Rio Grande da Serra).

Desenvolvimento Econômico e Turismo:

Coordenador: Ronaldo Tadeu de Paula (Santo André)

Membros: Oswana Maria Fernandes Fameli (Santo André), Hitoshi Hyodo (São Bernardo do Campo), Carlos Alberto Gonçalves (São Bernardo do Campo), Arnaldo Gonzales Xavier (São Caetano do Sul), Jorge Analfi Bialli (Diadema), Luiz Carlos Perlatti (Mauá), Paulo Sergio dos Santos (Mauá) e Sandro Gomes Ferreira (Rio Grande da Serra).

Saúde:

Coordenador: Homero Nepomuceno Duarte (Santo André)

Membros: Odete Carmen Gialdi (São Bernardo do Campo), Daniele Marie Guerra (São Bernardo do Campo), Maria Teresa Macedo de Ávila Ferraz (Diadema), Mariana Alves Melo (Diadema), Célia Cristina Pereira Bortoletto (Mauá), José Alexandre Buso Weiller (Mauá), Koiti Takaki (Ribeirão Pires), Lillian Shizue Kawakami Ribeiro (Ribeirão Pires), Carlos José Duarte (Rio Grande da Serra) e Patrícia Aparecida Santiago (Rio Grande da Serra).

Educação, Cultura e Lazer:

Coordenadora: Diana Maria de Moraes (Mauá)

Membros: Gilmar Silvério (Santo André), Osvaldo de Oliveira Neto (São Bernardo do Campo), Paulo Henrique dos Santos (São Bernardo do Campo), Ivone Braido Voltarelli (São Caetano do Sul),

Walter Figueira (São Caetano do Sul), Antônio Marcos Zarus Michels (Diadema), Sônia Tatiane Ramos (Diadema), Waldir Luiz da Silva (Mauá), Edson Moriconi (Mauá), Leonice Moura (Ribeirão Pires), Loris Lessa (Ribeirão Pires), Aida Jardim Teixeira (Rio Grande da Serra) e Ivo da Cruz (Rio Grande da Serra).

Políticas Sociais e Afirmativas:

Coordenadora: Silmara Aparecida Conchão (Santo André)

Membros: Maria Cristina Pache Pechtoll (Santo André), Márcia Barral (São Bernardo do Campo), Maria de Lourdes Ventura de Oliveira (São Bernardo do Campo), Patrícia Viteri Barros (São Caetano do Sul), Thiago Tortorello (São Caetano do Sul), Willians Freire de Oliveira (Ribeirão Pires), Giselda Sapanhos de Aguiar (Ribeirão Pires), Maria Aparecida Felipe (Mauá), José Afonso Pereira (Mauá), Helenice Aparecida Arruda Silva (Rio Grande da Serra) e Elza dos Anjos Iwasak (Rio Grande da Serra).

Núcleo de Planejamento

Alberto Alves de Souza (Santo André), Nilza de Oliveira (São Bernardo do Campo), Vitor Rogério (São Caetano do Sul), Francisco Rocha (Diadema), Ruzibel Sena de Carvalho (Mauá), Ailton Gomes da Silva (Ribeirão Pires), Sérgio Matias do Prado (Rio Grande da Serra).

Grupos de Trabalho - 2016

GT Banda Larga:

Coordenador: Aparecido Donizetti Costa (Santo André)

Membros: Wagner Rodrigues Fernandes (Santo André), José Augusto de Guarnieri Pereira (São Bernardo do Campo), Giovanni Narezi Pimentel Rosa (São Bernardo do Campo), Hélio Basilone Paiva (São Caetano do Sul), Silvio Luiz Vera (São Caetano do Sul), Luis Carlos Fabbrini da Silva (Diadema), Cristiane Zakimi Correia Pinto

(Diadema), Nilton C. Marques Santos (Mauá), Kleber da Silva Divino (Mauá), José Vicente Abreu (Ribeirão Pires), Francisco Henrique Moreira Máximo (Ribeirão Pires), José Gilvan Mendonça da Cunha (Rio Grande da Serra) e Edmir Francisco da Silva (Rio Grande da Serra).

GT Defesa Civil:

Coordenadora: Débora Cristina Santos Diogo (Santo André)

Membros: Samir José Magalhães Geleilete (Santo André), Luiz Antônio Neves Costa (São Bernardo do Campo), Carlos Eduardo Barbi (São Caetano do Sul), Murilo Antônio dos Santos (São Caetano do Sul), José Peres dos Santos (Diadema), Hélio Teodoro Guimarães (Diadema), Sérgio Moraes de Jesus (Mauá), Rangel Souza da Silva (Mauá), Edy Carlos Dutra Caldeira (Ribeirão Pires), Dilza Leite Freire Miyamoto (Ribeirão Pires) e João Martins de Souza (Rio Grande da Serra).

GT Mobilidade:

Coordenadora: Andrea Alves Azevedo Brisida (São Bernardo do Campo)

Membros: Teresa Cristina Francisco dos Reis (Santo André), Epeus Pinto Monteiro (Santo André), Fernanda Casagrande (São Bernardo do Campo), Marcelo Ferreira de Souza (São Caetano do Sul), Simone Grave Vecchi (São Caetano do Sul), José Carlos Gonçalves (Diadema), Antônio Pires Lopez (Diadema), Fulvio Carantella (Mauá), Azor Albuquerque (Mauá), José Renato Barbosa (Ribeirão Pires), Edson Vargas Antonelli (Ribeirão Pires) e Alex Antônio dos Santos Tavares (Rio Grande da Serra).

GT Desenvolvimento Econômico:

Coordenador: Ronaldo Tadeu de Paula (Santo André)

Membros: Oswana Maria Fernandes Fameli (Santo André), Hitoshi Hyodo (São Bernardo do Campo), Carlos Alberto Gonçalves (São Bernardo

do Campo), Arnaldo Gonzalez Xavier (São Caetano do Sul), Jorge Analfi Bialli (Diadema), Luiz Carlos Perlatti (Mauá), Paulo Sergio dos Santos (Mauá), Sandro Gomes Ferreira (Rio Grande da Serra), Giovanni Rocco Neto (Agência de Desenvolvimento GABC) e Ana Paula Marinho (Agência de Desenvolvimento GABC).

GT Trabalho Renda e Economia Solidária:

Coordenador: Vilson Rodrigues da Costa (Santo André)

Membros: Hélio Honorato Moreira (Santo André), Edson Luiz da Silva (São Bernardo do Campo), Regina Célia Zanke (São Bernardo do Campo), Débora Neri S. Nicoletti (São Caetano do Sul), Fernando Santos Soares da Cunha (São Caetano do Sul), Paulo Cesar Bezerra da Silva (Diadema), Francisco de Assis Pessoa Filho (Diadema), Neide dos Santos Verão (Mauá), Antônio Osvaldo Corazza (Mauá), Roseli Aparecida de Souza (Rio Grande da Serra) e Sandro Gomes Ferreira (Rio Grande da Serra).

GT Turismo:

Coordenador: Fernando Bonísio (São Bernardo do Campo)

Membros: Alaise Helena Eloy (Santo André), Samantha Dean (Santo André), Ailton Tenório da Silva (São Caetano do Sul), Sueli Bimbachi (São Caetano do Sul), Luiz Carlos Perlatti (Mauá), Vitor Bernardo Vitello (Ribeirão Pires), Emerson Aparecido Gilarde (Ribeirão Pires), Adriana Aparecida da Silva (Rio Grande da Serra), Rozilda do Carmo Silva Oliveira (Rio Grande da Serra) e Ana Paula Marinho (Agência de Desenvolvimento GABC).

GT Meio Ambiente:

Coordenador: João Ricardo Guimarães Caetano (São Bernardo do Campo)

Membros: Carlos Pedro Bastos (Santo André), Priscila de Oliveira (Santo André), Gabriela Priolli de Oliveira (São Bernardo do Campo),

Horácio Almeida Pires (São Caetano do Sul), Denise Francisco Ventríci (Diadema), José Vieira Gonçalves (Diadema), Cássia Rubinelli (Mauá), Antônio Marcos Barbosa (Mauá), João Paulo M. Cerezoli (Ribeirão Pires), Karin Kelly da Silva (Ribeirão Pires) e Juliana Rodrigues Ferreira (Rio Grande da Serra).

GT Planejamento Urbano:

Coordenador: Cláudia Virgínia Cabral de Souza (São Bernardo do Campo)

Membros: Reinaldo Alfredo Caetano Bascchera (Santo André), Ligia Cestari Geleilete (Santo André), Paulo Roberto Massoca (São Bernardo do Campo), Enio Moro Junior (São Caetano do Sul), Vladimir Cândido Guirado (São Caetano do Sul), Regina Saueia Galante (Diadema), Lício Gonzaga Lobo Júnior (Diadema), José Francisco Jacinto (Mauá), João Alberto Zóccchio (Mauá), Dulcimara C. Alves de Lima (Ribeirão Pires), Simone Rita Monteiro (Ribeirão Pires), Melissa Duaik Zimpeck (Rio Grande da Serra) e Alex Antônio dos Santos Tavares (Rio Grande da Serra).

GT Segurança Pública:

Coordenador: José Luis Martins Navarro (Santo André)

Membros: Angelo Isola (Santo André), Cícero Ribeiro Silva (São Bernardo do Campo), Edvaldo Pires dos Santos Serafim (São Bernardo do Campo), Marco A. A. Barreiras (São Caetano do Sul), João Sidney de Almeida (São Caetano do Sul), Eduardo José Felix de Oliveira (Diadema), Ricardo Andrioli (Diadema), Denílson Martins da Silva (Mauá), João Carlos Conígero (Mauá), Tales Aramis Ferreira (Ribeirão Pires) e Regina Maria Bertolo (Ribeirão Pires).

GT Saúde:

Coordenador: Homero Nepomuceno Duarte (Santo André)

Membros: Margareth Lodos Tangerino (Santo André), Odete Carmem Gialdi (São Bernardo do



Campo), Luis Fernando Nogueira Tofani (São Bernardo do Campo), Silvio Luiz Martinez (São Caetano do Sul), Artur Pizzo (São Caetano do Sul), Maria Teresa M.A. Ferraz (Diadema), Satossi Wako Kitahara (Diadema), Sheila Chaves Serpa (Mauá), Kátia Vital Navarro Watanabe (Mauá), Koiti Takaki (Ribeirão Pires), Lilian S. Kawakami Ribeiro (Ribeirão Pires), Carlos José Duarte (Rio Grande da Serra) e Juliana Oliveira Antunes (Rio Grande da Serra).

GT Educação:

Coordenadora: Diana Maria de Moraes (Mauá)
 Membros: Maria Helena Fonseca Marin (Santo André), Marisa Peres Ballones Joanete (Santo André), Paulo Dias Neves (São Bernardo do Campo), Stella Vieira Swerts Chicchi (São Bernardo do Campo), Ivone Braido Voltarelli (São Caetano do Sul), Paulo Garcia (São Caetano do Sul), Sonia Tatiane Ramos (Diadema), Vania Kelly Gomes Silva (Diadema), Ana Paula de Lima Leão (Diadema), Tania Maria dos Santos Teixeira (Mauá), Dalva dos Reis Sensato (Ribeirão Pires), Edson Ferreira Neves (Ribeirão Pires), Aida Jardim Teixeira (Rio Grande da Serra) e Greyce Sueli de Miranda Lima Paula (Rio Grande da Serra).

GT Cultura:

Coordenador: José Haroldo de Souza (Santo André)
 Membros: Simone Zarate (Santo André), Osvaldo de Oliveira Neto (São Bernardo do Campo), Mirca Bonano (São Bernardo do Campo), Jander Cavalcanti de Lira (São Caetano do Sul), Ailton Tenório da Silva (São Caetano do Sul), Gilberto de Souza Moura (Diadema), Francisco Alberto Lima da Silva (Diadema), Sérgio Pires (Mauá), Simone Cristina Tavares (Mauá), Fernando Ripoli (Ribeirão Pires), Aida Jardim Teixeira (Rio Grande da Serra) e Stella Aparecida Ribeiro (Rio Grande da Serra).

GT Esporte:

Coordenador: José Alexandre Pena Devesa (São Bernardo do Campo)
 Membros: Fábio Penha Guerra (Santo André), Fábio Rubson da Silva (Santo André), Rafael Fernando Ginez (São Bernardo do Campo), Severo Neto de Oliveira (São Caetano do Sul), Fernando Melro Mendonça (São Caetano do Sul), Marcos Ferreira da Silva (Diadema), Gilberto Braguireli Krauser (Diadema), Edson Moriconi (Mauá), Fabiano Castelan de Oliveira (Mauá), Paulo César Ferreira (Ribeirão Pires), Marinel Gomes da Cruz (Ribeirão Pires) e Wellington Fontes (Rio Grande da Serra).

GT Assistência Social:

Coordenadora: Márcia Ivone Leal de Oliveira (São Bernardo do Campo)
 Membros: Ana Maria Nemeth Leite (Santo André), Ana Cláudia Chiaratti Camacho (São Bernardo do Campo), Patrícia Viteri Barros (São Caetano do Sul), Melissa Érica Modenez Terron (São Caetano do Sul), Maria Regina Gonçalves (Diadema), Márcia da Silva Carvalho (Diadema), Sônia Aparecida de Souza Braga (Mauá), Sandra Ribeiro de Souza Queiroz (Mauá), Sonia Maria dos Santos Garcia (Ribeirão Pires), Leandro Oliveira Feltran (Ribeirão Pires), Helenice Aparecida Arruda da Silva (Rio Grande da Serra), Fabiane dos Santos Pereira (Rio Grande da Serra).

GT Criança Prioridade I:

Coordenadora: Samara Kelly Xavier e Silva (São Bernardo do Campo)
 Membros: Célia Aparecida Ducci Fernandes Chaer (Santo André), Marcia Ivone Leal de Oliveira (Santo André), Milene Cristina Bonfim Beraldi (São Bernardo do Campo), Fabio Soares da Silva (São Caetano do Sul), Melissa Érica Modenez Terron (São Caetano do Sul), Vanessa Daniela França (Diadema), Maria Cristina de

Oliveira (Diadema), Jean Fernando dos Santos (Mauá), Victor Giannico Rocca (Mauá), Rita Montesso (Ribeirão Pires), Daniele Olivares (Ribeirão Pires), Helenice Aparecida Arruda da Silva (Rio Grande da Serra) e Ângela Maria S. Moraes Lima (Rio Grande da Serra).

GT Direitos Humanos:

Coordenadora: Norma Isolda Cubillos Patino (Mauá)
 Membros: Maria Ferreira de Souza (Santo André), Márcia Mazieiro (Santo André), Luzia Arlete Góis Bento (São Bernardo do Campo), Rosimar Dias Machado (São Bernardo do Campo), Leonice da Silva Navarro (São Caetano do Sul), Cintia Visentainer Gil (São Caetano do Sul), Maria Cristina de Oliveira (Diadema), Gislene Santos Hazarmaveth Bilda (Diadema), Lamartine Dourado Cavalcante (Mauá), Raphael Lopes de Souza (Ribeirão Pires), Clayton S. Santos (Ribeirão Pires), Cleide Alves de Medeiros (Rio Grande da Serra) e Viviane Aparecida Possidônio (Rio Grande da Serra).

GT Gênero:

Coordenadora: Maria Socorro Pereira Miranda (Mauá)
 Membros: Maria Cristina Pache Pechtoll (Santo André), Flávio Urra (Santo André), Maria de Lourdes Ventura de Oliveira (São Bernardo do Campo), Tereza Martins Godinho (São Bernardo do Campo), Maria Aparecida da Silva (São Caetano do Sul), Marta Kowalskysj Lewaschiw (São Caetano do Sul), Luciene Rosa Santana Souza (Diadema), Zuleica Maria da Silva (Diadema), Norma Isolda Cubillos Patino (Mauá), Mariana Fátima Evangelista (Ribeirão Pires), Elisangela dos Santos Moura (Ribeirão Pires), Maria Luiza Chaveiro da Silva (Rio Grande da Serra) e Karen Martins (Rio Grande da Serra).

GT Igualdade Racial:

Coordenador: Wellington da Silva Bento

(Santo André)

Membros: Andréa Cruz Dias (São Bernardo do Campo), Jean Carlos Fernandes Valadares (São Bernardo do Campo), Andreia Miguel Pinto (São Caetano do Sul), Alice da Silva Gonçalves Lima (São Caetano do Sul), Joel Marques de Oliveira (Diadema), Adolar Barreira (Diadema), Laurindo Cândido Oliveira Neto (Mauá), Cathiara Alves Oliveira (Mauá), Willians Freire de Oliveira (Ribeirão Pires), Elisângela dos Santos Moura (Ribeirão Pires), Edson Elias Ferreira Junior (Rio Grande da Serra) e Aleide da Silva Coelho (Rio Grande da Serra).

GT Pessoa com Deficiência:

Coordenadora: Maria de Fatima Augusto Actis (São Bernardo do Campo)

Membros: Carlos Eduardo Pires de Araújo (Santo André), Rosimar Dias Machado (São Bernardo do Campo), Thiago Tortorello (São Caetano do Sul), Ademir Mulero (São Caetano do Sul), Renata Mantovani Palombo (Diadema), Maria Teresinha dos Santos (Diadema), Solange Aparecida Zilli (Mauá), Giselda Sapanhos de Aguiar (Ribeirão Pires), Alexandre Reis dos Santos (Ribeirão Pires), Karen Martins (Rio Grande da Serra) e Joana Fernandes C. de Araújo (Rio Grande da Serra).

GT Políticas de Juventude:

Coordenadora: Priscila França de Figueiredo (São Bernardo do Campo)

Membros: Fernando Noé (Santo André), Arnaldo Mendes da Silva (Santo André), Edna Navas Thome (São Bernardo do Campo), Rodrigo Takayuki Matsubayashi (São Caetano do Sul), Wilter Fernandes Bastos (São Caetano do Sul), Rosemeire Vieira (Diadema), Reinaldo Teles Calazans (Mauá), David Alves Ramalho de Melo (Mauá), Elisângela dos Santos Moura (Ribeirão Pires), Willians Freire de Oliveira (Ribeirão Pires), Angela Maria Sousa Morais Lima (Rio Grande da

Serra) e Aleide da Silva Coelho (Rio Grande da Serra).

Equipe Consórcio 2016

Secretaria Executiva da Presidência Secretário Executivo:

Luis Paulo Bresciani

Equipe: Elisângela Silva da Costa, Roberta Romão Bueno Maia e Wanessa de Paula Isídio da Silva

Assessoria de Comunicação

Assessora: Odete Machado

Equipe: Rodolfo Cesar Lopes Albiero e Thais Barrada Fernandes Pereira

Chefe do Controle Interno:

Eliane Cirqueira da Silva

Diretoria Jurídica:

Diretor: Leandro Aguiar Piccino

Equipe: Ricardo Maciente Costa e Vanessa Cunha Mafra

Diretoria Administrativa/Financeira

Diretor: Carlos Eduardo Alves da Silva

Equipe: Alberto Gonçalves de Mello Junior, André Vítório Frigato, Aparecida Martins Moreira, Elaine Vicente Raia, Eliane Cirqueira da Silva, Lillian Latorre, Marcos Higuti e Mariana Silva Suniga

Diretoria de Programas e Projetos

Diretor: Hamilton Lacerda

Equipe: Daniel Giatti de Sousa, Deise do Nascimento Gomes, Giordano Bruno Pachelli, Jerônimo de Almeida Neto, Juliana Cavasini da Silva, Lívia Stefânia Rosseto, Maria Gracely Batista Marques, Maria Silvia Marin, Marta do Nascimento Lima, Renato Francisco Napoletano

e Sandra Teixeira Malvese

Publicação institucional do Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Textos: Bruno Cruz, Felipe Neris, Odete Machado, Rodolfo Cesar Lopes Albiero e Thais Barrada Fernandes Pereira

Edição: Odete Machado

Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Av. Ramiro Colleoni, 5, Centro - Santo André – São Paulo

CEP: 09040-160

Tel: (11)4435-3555

E-mail: contato@consorcioabc.sp.gov.br

Site: www.consorcioabc.sp.gov.br

Facebook: [facebook.com/consorcioabc](https://www.facebook.com/consorcioabc)

Twitter: twitter.com/consorcioabc

Santo André, dezembro de 2016

O ABC É GRANDE COM O NOSSO TRABALHO.



Consórcio Intermunicipal Grande ABC,
26 anos construindo
o desenvolvimento regional.

 /CONSORCIOABC

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC



GRANDE ABC
2013-2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC

